

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
FACULDADE SERRA DA MESA
MESTRADO INTERINSTITUCIONAL EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO - MINTER

SHEILA SANTOS CARVALHO RIBEIRO

**A MARGINALIZAÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E OS
DISCURSOS E PRÁTICAS CRISTÃS**

URUAÇU

2019

SHEILA SANTOS CARVALHO RIBEIRO

A MARGINALIZAÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E OS DISCURSOS E PRÁTICAS CRISTÃS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ciências da Religião - Mestrado Interinstitucional da Pontifícia Universidade Católica de Goiás e da Faculdade Serra da Mesa, para obtenção do título de Mestra em Ciências da Religião.

Área de concentração: Religião, Cultura e Sociedade.

Linha de Pesquisa: Religião e Movimentos Sociais.

Orientadora: Professora Doutora Carolina Teles Lemos.

URUAÇU

2019

Dados Internacionais de Catalogação da Publicação (CIP)
(Sistema de Bibliotecas da PUC Goiás)

R484m Ribeiro, Sheila Santos Carvalho
A marginalização da pessoa com deficiência e os discursos
e práticas cristãs / Sheila Santos Carvalho Ribeiro.--
2019.

86 f.: il.

Texto em português, com resumo em inglês

Dissertação (mestrado) -- Pontifícia Universidade
Católica de Goiás, Escola de Formação de Professores
e Humanidades, Goiânia, 2019

Inclui referências: f. 79-86

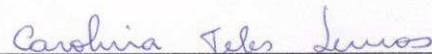
1. Pessoas com deficiência. 2. Marginalizados. 3.
Instituições religiosas. 4. Análise do discurso. I.Lemos,
Carolina Teles. II.Pontifícia Universidade Católica
de Goiás - Programa de Pós-Graduação em Ciências da
Religião - 2019. III. Título.

CDU: Ed. 2007 -- 27-48(043)

**A MARGINALIZAÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E OS DISCURSOS
E PRÁTICAS CRISTÃS**

Dissertação de Mestrado Interinstitucional em Ciências da Religião - Minter - da Pontifícia Universidade Católica de Goiás / Faculdade Serra da Mesa, aprovada em 26 de março de 2019.


BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Carolina Teles Lemos / PUC Goiás (Presidente)



Prof. Dr. Rezende Bruno de Avelar / UEG



Prof. Dr. Clóvis Ecco / PUC Goiás

Prof. Dr. Alberto da Silva Moreira / PUC Goiás (Suplente)

Prof. Dr. Gilson Xavier de Azevedo / UEG (Suplente)

Dedico este trabalho à voz e ao silêncio das pessoas com deficiência, que por diversas vezes têm seus direitos básicos violados, pelas estruturas excludentes das instituições.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por não me deixar ser indiferente à dor do outro.

À minha orientadora, Carolina Teles Lemos, por suas contribuições nesta pesquisa.

Aos mantenedores da Faculdade Serra da Mesa.

Aos professores no MINTER.

Aos colegas do Mestrado, que contribuíram para minhas percepções deste estudo.

Aos meus familiares: esposo - Ribamar, mãe - Celha, pai - Francisco, irmãs Kelly e Rafaela, razões da minha vida.

Ao meu amigo, Rogério Alves Gomes, pelas reflexões trazidas sobre a temática estudada.

A religião, geralmente cristã, está no cerne argumentativo de violências, ou seja, religião é utilizada como justificativa de atos violentos, o que torna árdua a tarefa da luta contra essas violências. Pode parecer que sem uma discussão teológica comprometida, a construção da democracia ou dos direitos humanos não será plena da luta contra essas violências. É preciso, pois, enfrentar solidificações e violências “sagradas”. Que Cristo é este anunciado contra a vida humana? Que Cristo é este que é anunciado como legitimador de violações de direitos humanos?

(Kathlen Luana de Oliveira, 2017, p. 145).

RESUMO

O objeto deste estudo é o fenômeno religioso cristão como espaço de discursos e práticas, que legitimam a marginalização da pessoa com deficiência. O objetivo geral é analisar as ocorrências da marginalização da pessoa com deficiência, por meio de discursos e práticas cristãs. Os objetivos específicos são compreender as aproximações e os distanciamentos dos discursos e das práticas religiosas inclusivas do cristianismo em relação à pessoa com deficiência, investigar os elementos que fundamentam o discurso cristão em relação à pessoa com deficiência e a intencionalidade religiosa quanto à inclusão, e observar as ressignificações religiosas do campo empírico em relação à forma de perceber a pessoa com deficiência e de veicular a sua marginalização. A metodologia adotada é de análise do discurso, por meio dos recursos teóricos e das observações do campo empírico. A hipótese advém da análise de que a marginalização está marcada pela cultura de exclusão, diretamente ligada à falta de informação, ao preconceito e à indiferença. A pesquisa se justifica pelas ocorrências da marginalização da pessoa com deficiência, que geram inquietações no contexto social. As implicações religiosas de exclusão demonstram ter o poder simbólico e prático, cuja marginalização ocorre também pela pouca discussão dada ao tema. Os três capítulos apresentam aproximações e distanciamentos da religião cristã e seu *ethos* na sociedade, quanto às concepções de corpo e deficiência; a intencionalidade da religião, frente à marginalização da pessoa com deficiência; o contexto cristão, a partir do campo empírico de doze instituições religiosas, que compreendem a inclusão e/ou a exclusão. Os resultados apontam que predomina a continuidade da marginalização, sendo necessário haver o rompimento de discursos e práticas, para o reconhecimento de direitos das pessoas com deficiência, e o princípio da igualdade em detrimento de uma hegemônica perspectiva de caridade e piedade.

Palavras-chave: Discurso e prática cristã. Marginalização. Pessoa com deficiência. Exclusão e inclusão.

ABSTRACT

The object of this study is the Christian religious phenomenon as a space of discourses and practices that legitimize the marginalization of the disabled person. The general objective is to analyze the occurrences of the marginalization of the person with disabilities through Christian discourses and practices. The specific objectives are to understand the approximations and distances of the inclusive religious discourses and practices of Christianity in relation to the disabled person, to investigate the elements that underlie the Christian discourse regarding the disabled person and the religious intentionality regarding inclusion and to observe the various religious significations of the empirical field in relation to the way of perceiving the person with disability and to channel their marginalization. The methodology adopted is discourse analysis, through the theoretical resources and the observations of the empirical field. The hypothesis comes from the analysis that the marginalization is marked by the culture of exclusion, directly linked to lack of information, prejudice and indifference. The research is justified by the occurrences of the marginalization of the disabled person, which generate worries in the social context. The religious implications of exclusion demonstrate symbolic and practical power, whose marginalization also occurs because of the limited discussion on the subject. The three chapters present approximations and distances of the Christian religion and its ethos in the society, as far as the conceptions of body and deficiency; the intentionality of religion, against the marginalization of persons with disabilities; the Christian context, from the empirical field of twelve religious institutions, which include inclusion and/or exclusion. The results indicate that the continuity of marginalization prevails, and it is necessary to disrupt discourses and practices, to recognize the rights of people with disabilities, and the principle of equality to the detriment of a hegemonic perspective of charity and piety.

Keywords: Christian discourse and practice. Disabled person. Exclusion and inclusion. Marginalization.

LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 1:** Aproximações e distanciamentos de discursos e práticas cristãs 22
- Gráfico 2:** Análise das perguntas sobre inclusão no campo religioso cristão 71

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Objetivos e questões de cada capítulo	17
Quadro 2: Espaços religiosos, discursos e acessibilidades	69

LISTA DE SIGLAS

CGADB	Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil
CNBB	Conferência Nacional de Bispos do Brasil
CIF	Classificação Internacional de Funcionalidade, Deficiência e Saúde
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1. RELIGIÃO CRISTÃ E <i>ETHOS</i> DA SOCIEDADE: O CORPO E SUAS REPRESENTAÇÕES	19
1.1 Marginalização da Pessoa com Deficiência: Aproximações e Afastamentos dos Discursos	20 20
1.2 Representações da Religião com seus Sistemas de Símbolos	23
1.3 Concepções de Corpo e Deficiência	28
1.3.1 Corpo Ideal e Deficiência.....	31
1.3.2 Corpo Ideal no Campo Religioso Cristão	34
2. DISCURSOS E PRÁTICAS CRISTÃS: DIALÉTICA DA MARGINALIZAÇÃO E DA INCLUSÃO	37
2.1 Análise do Discurso da Marginalização	37
2.2 Dialética Inclusão- Exclusão Religiosa	42
2.3 Imaginário para a Marginalização ou para o Rompimento das Práticas de Exclusão	46 46
2.4 Inclusão no Imaginário Cristão	52
3. CAMPO EMPÍRICO: INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS CRISTÃS	58
3.1 Articulação dos Objetivos da Pesquisa com as Observações do Campo Empírico	58 58
3.2 Cenário Religioso Cristão no Contexto das Acessibilidades	60
3.2.1 Igreja Católica Apostólica Romana - Catedral	62
3.2.2 Igreja Metodista	62
3.2.3 Igreja Evangélica Quadrangular	63
3.2.4 Igreja Congregação Cristã no Brasil	64
3.2.5 Primeira Igreja Presbiteriana de Uruaçu	64
3.2.6 Igreja Evangélica Assembleia de Deus - Ministério Madureira	65
3.2.7 Igreja Assembleia de Deus - Ministério Missão	65
3.2.8 Igreja Universal do Reino de Deus	66
3.2.9 Igreja Adventista do Sétimo Dia	67
3.2.10 Associação Espírita Francisco Cândido Xavier	67
3.2.11 Igreja Vale do Amanhecer	68
3.2.12 Igreja Mundial do Poder de Deus	68
3.3 Deficiência na Discussão Religiosa.....	73
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	76
REFERÊNCIAS	79

INTRODUÇÃO

As aproximações e os distanciamentos do processo de marginalização de indivíduos passam pelas esferas das instituições religiosas cristãs. Nessa percepção, o objeto deste estudo é o fenômeno religioso cristão como espaço de discursos e práticas que legitimam a marginalização¹ da pessoa com deficiência. A trajetória marginal concorre com ações não inclusivas, mostrando pessoas com deficiência submetidas às diversas formas de exclusão simbólica nas áreas social, cultural, religiosa, econômica, entre outras.

Esta pesquisa tem por objetivo geral analisar as ocorrências da marginalização da pessoa com deficiência, por meio dos discursos e das práticas cristãs. Os objetivos específicos são compreender as aproximações e os distanciamentos dos discursos e das práticas religiosas inclusivas no universo do cristianismo, investigar os elementos que fundamentam o discurso cristão em relação à pessoa com deficiência e a intencionalidade religiosa quanto à inclusão e observar as ressignificações religiosas do campo empírico em relação à forma de perceber a pessoa com deficiência, com ações que podem veicular a marginalização.

A metodologia adotada é de análise do discurso dos recursos teóricos e do campo empírico. A amostra do imaginário cristão teve início com a busca de informações nos *sites* visitados, a partir de dois grupos de descritores: o primeiro: nome da igreja e pessoa com deficiência, o segundo: nome da igreja e marginalização da pessoa com deficiência. Das doze instituições religiosas pesquisadas, não foi encontrada nenhuma referência dos descritores nos *sites* de seis deles: Vale do Amanhecer, Congregação Cristã no Brasil, Assembleia de Deus - Ministério Madureira, Assembleia de Deus - Ministério Missão, Mundial do Poder de Deus e Universal do Reino de Deus.

Os espaços religiosos com avanços de inclusão são Evangélica Quadrangular, Primeira Igreja Presbiteriana do Brasil, Adventista do Sétimo Dia,

¹ Conforme dicionário online (2019), marginalização "é o processo que impede algo ou alguém de participar, de fazer parte de um grupo, de uma sociedade. Ação de colocar alguém numa condição inferior, não importante ou numa condição de subordinação, de exclusão, da falta de poder. Ato de tornar alguém marginal. Aquele que está à margem".

Católica Apostólica Romana, Associação Espírita Francisco Cândido Xavier e Metodista. Com esses dados, a apreensão da pesquisa está de acordo com referencial teórico apresentado. A articulação dos objetivos da investigação atesta a questão geral do estudo, que é qual a situação marginal em que são submetidas às pessoas com deficiência, no contexto religioso da antiguidade aos dias atuais?

A hipótese é que a marginalização da pessoa com deficiência significativamente está marcada pela cultura de exclusão, diretamente ligada à falta de informação, ao preconceito e à indiferença. O discurso e a prática religiosa de inclusão sofrem fragilidades, a partir das narrativas bíblicas cristãs em torno do silêncio ou da pouca discussão sobre as categorias marginalizadas. Leva a um entendimento de pseudo inclusão.

A justificativa da pesquisa é que a marginalização da pessoa com deficiência gera inquietações nos contextos de práticas e discursos cristãos. As implicações religiosas para as pessoas com deficiência demonstram ter o poder simbólico e prático do cristianismo², cuja marginalização ocorre funcionalmente pela pouca discussão dada ao tema. E quando ocorrem demonstrações de perspectivas inclusivas, estas estão bastante ligadas a ações assistencialistas, de piedade e caridade, e não reconhecimento de direitos.

A pesquisa opta em aplicar o termo sociológico marginalização³ pelos indicadores demonstrados, a partir de dados aferidos, e também para atendimento à proposta da área de concentração: Religião, Cultura e Sociedade dentro da linha de pesquisa Religiões e Movimentos Sociais, do mestrado em Ciência da Religião, que tem como foco a análise da categoria social marginalizada e o fenômeno religioso.

Portanto, a temática que se aborda e como se aborda nesse estudo, além de ser ampliada nas relações quanto garantia de direitos, localiza-se como pauta importante para o contexto das instituições religiosas (ARANHA, 2000; BRASIL, 2010; FEITLER, 2007, p.215; PATTO, 2000, p.14).

² Para Konings (2014, p. 244), "[...] o cristianismo é uma estrutura religiosa e sociocultural, nascida da atividade, discursos e práticas em torno de Jesus de Nazaré, considerado o messias por seus seguidores". Segundo Johan Konings, o cristianismo é uma estrutura religiosa e sociocultural nascida da atividade de Jesus de Nazaré, considerado Messias por seus seguidores.

³ Para melhor entendimento da categoria conceitual de marginalização que opta-se neste estudo, ver Sawaia Bader, "As artimanhas da exclusão, 2001".

Essas instituições religiosas, no Brasil, estão inseridas em sua maioria no contexto do cristianismo (KNIGHT, 1983; KONINGS, 2014, p, 244).

Existem muitas e variadas conceituações de cristianismo, porém não é objeto dessa pesquisa o estudo de tais ramificações e seus significados. Contudo, significativamente os cristianismos, em suas diversas manifestações apresentam em seu discurso, um enunciado contra marginalização.

Nos discursos e práticas cristãs referente à marginalização da pessoa com deficiência estão localizadas nossas investigações. Com foco em que se fundamentam os discursos quanto à questão da pessoa com deficiência, o que eles dizem, o que eles não revelam, o que está por trás da cultura de marginalização, o quanto se materializa e se contrapõe nas práticas.

Neste estudo, as abordagens que fundamentam a marginalização da pessoa com deficiência nas narrativas do cristianismo apontam que a discussão da temática é questão emergente. A religião cristã e suas representações nos discursos e nas práticas denotam as análises da marginalização. Narrativas bíblicas e fatos históricos consubstanciam as orientações teológicas e as interpretações do contexto da marginalização da pessoa com deficiência.

Contextos religiosos interferem no discurso de controle das práticas culturais e sociais. O corpo e seus símbolos, bem como o modo de perceber a realidade, materializam as relações entre as pessoas e as significações da marginalização da pessoa com deficiência. Nessa conjuntura, os subsídios teóricos fundamentam a intencionalidade das perspectivas de inclusão e de marginalização da pessoa com deficiência no campo religioso.

As abordagens teóricas servem de nortes para a exploração dos conceitos aplicados nos três capítulos desta dissertação, com indagações que serão discutidas ao longo do texto com base no objeto⁴ desta pesquisa. Cabe ao quadro representativo da pesquisa a distribuição e organização dos capítulos, da seguinte forma abaixo:

⁴ O objeto dessa pesquisa é: distanciamentos e aproximações entre os discursos cristãos das igrejas e suas práticas, no que se refere à marginalização da pessoa com deficiência.

Quadro 1: Objetivos e questões de cada capítulo.

Capítulo I	Capítulo II	Capítulo III
Compreender as aproximações e os distanciamentos do discurso e da prática religiosa cristão quanto à pessoa com deficiência	Investigar os elementos e a intencionalidade do discurso religioso inclusivo.	Observar as ressignificações religiosas do campo empírico quanto à forma de perceber a pessoa com deficiência e as quais possíveis lógicas estão ligadas.
Qual a concepção de inclusão que prevalece no cristianismo? O discurso se relaciona com a prática?	Há uma intencionalidade nas narrativas do cristianismo em relação à inclusão para superação do quadro de exclusão?	Seria objetivo do cristianismo manter estrategicamente a narrativa da inclusão sem práticas que modifiquem o contexto atual de exclusão?

Fonte: Própria Autora (2019).

O primeiro capítulo compreende alguns esboços teóricos, que traduzem aproximações e distanciamentos da religião cristã e do *ethos na* sociedade. A religião pode ou não contribuir para legitimar as concepções de marginalização da pessoa com deficiência. Representações sociais sobre o corpo, sobre o corpo ideal e a deficiência produzem as revelações do campo simbólico religioso cristão. A marginalização agrega valores do mito acerca do corpo e suas implicações simbólicas para o processo excludente das pessoas com deficiência. Discurso coaduna e se distancia da prática das relações humanas e religiosas.

O segundo capítulo investiga os elementos que se ligam à intencionalidade das concepções da religião e da marginalização da pessoa com deficiência. Fatos históricos aparecem como contribuintes da legitimação da marginalização da pessoa com deficiência no contexto cristão. As apropriações do discurso determinam narrativas de inclusão e de exclusão de pessoas com deficiência.

O último capítulo observa a marginalização da pessoa com deficiência no contexto cristão, a partir do campo empírico. Discursos e práticas fazem parte das compreensões sobre a inclusão e a exclusão. Foram feitas visitas aos *lócus* religiosos, de agosto a dezembro de 2017, nessa ordem: Católica, Metodista,

Quadrangular, Cristã do Brasil, Presbiteriana, Assembleia de Deus - Madureira, Assembleia de Deus - Missão, Universal, Adventista, Associação Espírita Francisco Cândido Xavier⁵, Igreja Vale do Amanhecer e Mundial do Poder de Deus.

Com a pesquisa de campo de observação não participante é possível apresentar como os discursos se manifestam na prática. Se são visíveis a materialização que marginaliza a pessoa com deficiência. Assim, o discurso torna-se mais apreensivo ao ser relacionado com a prática da marginalização. Entretanto, pelo discurso podem ser feitas as análises que prevalecem a marginalização significativa das pessoas com deficiência.

A tendência dos contextos temporais e espaciais de diferentes seguimentos religiosos é de mostrar uma mudança da postura marginalizadora, após o nascimento do cristianismo. Há o discurso de rompimento do quadro de marginalização das pessoas com deficiência, embora pareça estar bem presente na atualidade o contrário.

As concepções religiosas passaram por ressignificações de ver o outro, no caso, a pessoa com deficiência. Neste sentido, lacunas sobre o assunto são abertas nos contextos das religiões cristãs, cabendo as interpretações trazidas nesta pesquisa.

O poder simbólico e prático dos quais se ocupam algumas teodiceias do cristianismo, ligadas a um senso de caridade e assistencialismo, tendem a não dimensionar conscientemente o quanto contribuem com a marginalização da pessoa com deficiência.

⁵ As instituições religiosas Vale do Amanhecer e Associação Espírita Francisco Cândido Xavier estão no rol do campo empírico para fazer parte do estudo, que aponta a religião cristã como legitimadora da marginalização da pessoa com deficiência. Há corrente que defende a doutrina espírita como um "espectro neocristão" outra que não afirma isso, mas o que se coloca aqui é a compreensão de diferentes religiões que legitimam a exclusão, seja cristã ou não, embora a pesquisa tenha como enfoque o cristianismo. Para melhor compreensão verificar dos seguintes autores: (BRANDÃO, 1998 e BITTENCOURT, 2003).

1. RELIGIÃO CRISTÃ E *ETHOS* DA SOCIEDADE: O CORPO E SUAS REPRESENTAÇÕES

Neste capítulo, apresentar-se-á a compreensão da religião cristã e a manifestação do *ethos* na sociedade. A construção da religião cristã aparece como constituição do *ethos* da sociedade. As complexas relações entre as concepções de corpo ideal e de deficiência trazem implicações ao campo religioso. A percepção da pessoa com deficiência está embasada no Estatuto da Pessoa com Deficiência, advindo com a Lei 13.146, de 13 de julho de 2015:

Art. 2º. Consideram-se pessoas com deficiência aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2015).

Há dados que classificam a deficiência, para compor o recenseamento demográfico e as categorias dessa população se encontram na referência da Organização Mundial de Saúde (OMS) e da Classificação Internacional de Funcionalidade, Deficiência e Saúde (CIF)⁶. Considerar esses aspectos é importante para as políticas públicas e para pensar em ações e readequações de como perceber a pessoa com deficiência.

Segundo a OMS - Organização Mundial de Saúde, com base nos dados de 2011, um bilhão de pessoas no mundo têm alguma deficiência. Dessas, 800 milhões vivem nos países em desenvolvimento, sendo 200 milhões dos mais pobres com alguma deficiência. Cerca de 150 milhões estão na faixa etária abaixo de 18 anos. Nesse quadro geral, mulheres e meninas são consideradas mais vulneráveis a abusos, submetidas a marginalização e supressão de direitos.

⁶ “As deficiências são classificadas nas categorias apropriadas, utilizando-se critérios de identificação definidos (e.g. presente ou ausente de acordo com um valor limiar). Esses critérios são os mesmos para as funções e estruturas do corpo. Eles são: (a) perda ou ausência; (b) redução; (c) aumento ou excesso e (d) desvio. Uma vez que uma deficiência esteja presente, ela pode ser graduada em termos de gravidade utilizando-se o qualificador genérico da CIF” (BRASIL, 2012, p. 16).

No Brasil, o recenseamento demográfico de 2010 considerou que cerca de 24% da população apresenta alguma deficiência.⁷ Conforme a deficiência, a mobilidade da pessoa passa por mais problemáticas pela falta de acessibilidade. Compreender as percepções de deficiência passa pelos significados da classificação e das limitações da pessoa:

[...] Brasil possui 45,6 milhões de pessoas com alguma deficiência, o que representa 23,91% da população nacional. Esse contingente da população brasileira foi, muitas vezes, relegado a um segundo plano nas políticas públicas e enfrenta desafios e preconceitos de toda ordem, desde impedimentos de acessibilidade a conquistas por realizar nas áreas da saúde, educação e inclusão sócio produtiva (BRASIL, 2012, p. 04).

O entendimento das relações sociais da pessoa com deficiência traz à tona certos questionamentos que fez enquadramentos dessa população, ao longo da história. Os contextos históricos mostram que doenças e limitações têm sido meios de considerar os corpos humanos como enquadrados em uma deficiência.

A deficiência, enquanto termo genérico, caracteriza-se pela incapacidade motora, sensorial e intelectual, diferindo-se em níveis (BRASIL, 2011). A deficiência pode ser temporária, definitiva, múltiplas, pode acometer qualquer pessoa, do nascimento à morte, pode estar associada ou não a doença.

1.1 Marginalização da Pessoa com Deficiência: Aproximações e Afastamentos dos Discursos

Neste item, tratar-se-á da construção que identifica a pessoa com deficiência dentro do contexto de classificar e interpretar a ideia representativa dos conceitos. A marginalização da deficiência no campo social passa pelo contexto religioso.

⁷ A prevalência da deficiência variou de acordo com a sua natureza. A deficiência visual apresentou a maior ocorrência, afetando 18,6% da população brasileira. Em segundo lugar, está a deficiência motora, afetando 7%. A auditiva ocorre em 5,1%, a mental ou intelectual, em 1,40%.

Discursos e práticas cristãs estão relacionadas ao processo de marginalização, embora com aproximações e afastamentos dos sentidos.

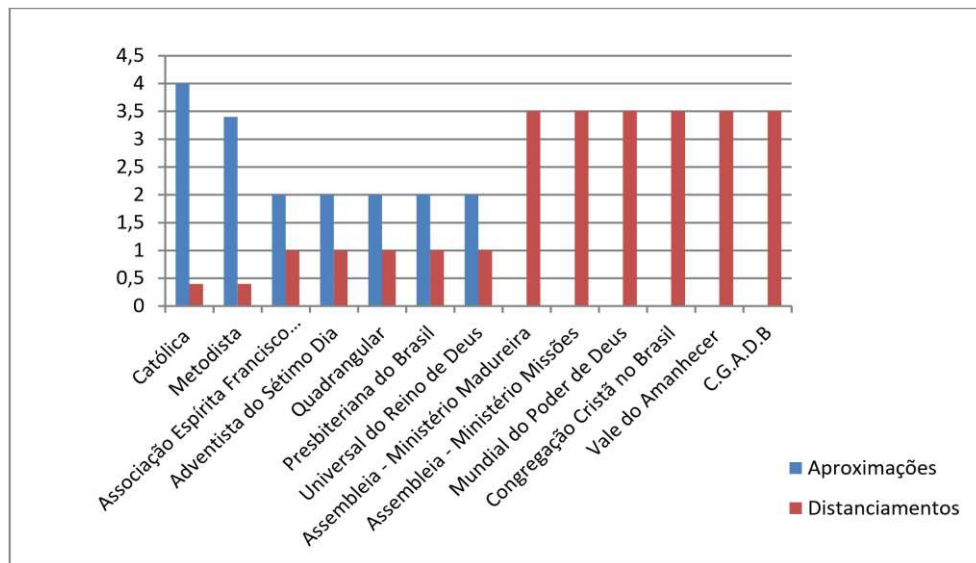
As diversas áreas do conhecimento, como Ciências da Religião, Antropologia, Filosofia, Psicologia, Medicina, entre outras, geram os significados dos espaços de discursivos sociais e religiosos. Por serem dinâmicos, os sentidos dos discursos ora se aproximam, ora se afastam, dependendo da situação e dos objetivos.

A proposta de inclusão pode ser mal interpretada, na maioria das vezes, vista como uma forma de busca de libertação, libertar-se da deficiência, compreendida como castigo, o empecilho para viver bem (GOFFMAN, 1988).

As concepções de aproximação de discurso inclusivo nas igrejas cristãs acontecem de forma a fortalecer as ideias pré-concebidas acerca da deficiência, como pode ser verificado no quadro que compõe a pesquisa de campo, com as denominações Católica, Metodista, Quadrangular, Cristã do Brasil, Presbiteriana, Assembleia de Deus - Madureira, Assembleia de Deus - Missão, Universal, Adventista, Associação Espírita Francisco Cândido Xavier, Vale do Amanhecer e Mundial do Poder de Deus.

Para essa abordagem, a análise parte dos descritores apresentados nos *sites* dessas denominações, que evidenciam poucas relações de aproximações com a proposta de inclusão na maioria das igrejas verificadas.

Os documentos acessíveis nos *sites* das igrejas visitadas, que falam sobre o tema da marginalização das pessoas com deficiência ou inclusão delas, foram localizados, após as buscas por descritores da temática.

Gráfico 1: Aproximações e distanciamentos de discursos e práticas cristãs

Fonte: Própria Autora (2019).

A percepção é de que as denominações apresentam seus discursos sobre a pessoa com deficiência. A maioria não se reconhece legitimadora da marginalização da pessoa com deficiência, mesmo sabendo que pouco se discute sobre a temática. A igreja Católica e a Igreja Metodista aparecem como as que mais fizeram desconstruções de discursos e práticas para reconhecerem sua atuação no processo de marginalização.

Nessa conjuntura, as aproximações e os distanciamentos discursivos cristãos se estabelecem nos fundamentos da religião. Essa apresenta sua proposta de ressignificações de como perceber a marginalização da pessoa com deficiência. As instituições religiosas da pesquisa esboçam em graus distintos a noção do quanto é desafiador o processo de inclusão das pessoas com deficiência. Há a defesa de ligada à caridade e ao assistencialismo.

Práticas e discursos cristãos da temática deficiência carregam e são carregados de complexidade e representações entendidas de maneiras singulares, apesar de certas aproximações. A compreensão da marginalização da pessoa com deficiência passa pelas relações no campo das religiões cristãs, sob quais direções e proporções seus discursos são difundidos na sociedade.

As construções sociais são também históricas, nas quais a religião articula sistemas de representações que exercem influências sobre as pessoas e os grupos. Dessas influências, a religião apresenta-se como espaço de diversidade que se

modifica em épocas distintas. Surgem as diferentes dinâmicas dos discursos e práticas para viabilizar a propagação das crenças. Essas são variáveis tendo ou não ligação direta no processo de marginalização das pessoas com deficiência.

As representações sociais e religiosas formam os sistemas simbólicos na sociedade. A marginalização da pessoa com deficiência, de certa forma, acaba por estar atestada na cultura excludente, conforme a "visão de mundo" das pessoas que representam e geram representações na sociedade (GEERTZ, 1926). Os espaços discursivos das religiões criam o universo de inclusão ou exclusão, pelo olhar voltado para o outro, nesse caso, o marginalizado.

Geertz (1926, p. 93) denominou que se percebe o *ethos* do povo ou grupo, que "[...] é o tom, o caráter e a qualidade de sua vida, seu estilo moral e estético". Nessa conjuntura, o *ethos* religioso materializa em cada sistema cristão a marginalização das pessoas com deficiência, apesar de haver discursos e práticas religiosas inclusivas.

A manutenção que legitima os discursos e as práticas ocorre pela cultura, a começar pela ideia de que Deus é um ser masculino. As definições de poder estão nas concepções que produzem solidificações no campo religioso (ERICKSON, 1996). Por ser de cunho sacralizado, a maioria toma a ideia por legitimada, trazendo essa percepção para outros assuntos, como é o caso da marginalização da pessoa com deficiência.

As construções do pensamento são norteadas por saberes, discursos e práticas ligados as interpretações religiosas, cujas desconstruções são de difíceis ressignificações para o campo social. Com isso, percebem-se o quanto abordagens religiosas constituem o *ethos* da sociedade, que promovem legitimações com aporte das representações e símbolos da religião cristã.

1.2 Representações da Religião com seus Sistemas de Símbolos

A trajetória marginal da história das pessoas com deficiência pode ser entendida, a partir dos sistemas simbólicos, dos contextos de lutas, das relações religiosas do cristianismo, do ceticismo das capacidades das pessoas que as limitam

ou as adequam a conceitos deficiência (SILVA, 1986). Neste estudo, foca-se no contexto do cristianismo, enquanto espaço em que se localiza as práticas e os discursos da pessoa com deficiência. Emílio Figueira (2015) apresenta as relações e as discussões dos caminhos para a inclusão religiosa nos dias atuais, a partir dos contextos apresentados, abordando as relações da temática dentro do catolicismo e do protestantismo.

A história da marginalização repercute no consciente coletivo da religião e da sociedade. As contribuições dos pensadores Marx, Durkheim e Weber são significativas para o entendimento sobre religião e a sociedade. Para explicar a sociedade começaram a estudar a religião, e assim compreendem as estruturas da sociedade.

Marx (1987) agrega a crítica da religião enquanto alienação e ópio do povo, em uma concepção materialista da história ele aponta a revolução comunista com necessidade para transformação social. Durkheim (2000), a partir da análise do modelo totêmico considerou a religião como eminentemente social, e que todas as representações religiosas seriam decorrentes das relações coletivas, para o mesmo entendendo o clã, deriva os entendimentos de nós mesmos. Weber (1967), em sua análise comparada, estudou as formas mentais e as decorrências que a religião imprimia na sociedade. A racionalização, a secularização e o individualismo, seriam traços dominantes da nossa civilização e da modernidade, que não comporta "soluções", cabendo ao homem conviver com os "paradoxos".

Pelas constatações apresentadas dos autores clássicos e contemporâneos, o significado que a religião assume na sociedade traz em suas manifestações as formas de cultura e o discurso da marginalização. A partir das práticas religiosas, dos discursos sobre a pessoa com deficiência, percebe-se mais um pseudo processo de discurso de inclusão do que o contrário.

Há tentativas sociais de apresentar formas de inclusão, como se vê com as políticas públicas das cotas e da inclusão do deficiente em sistemas de concursos públicos. Entretanto, as relações humanas de exclusão ainda estão presentes nas dinâmicas sociais que passam por religiões. O fenômeno da religião na sociedade está carregado de complexidade, sendo definida, conforme Geertz (1926, p. 67) como

[...] (1) um sistema de símbolos que atua para (2) estabelecer poderosas, penetrantes e duradouras disposições e motivações nos homens através da (3) formulação de conceitos de uma ordem de existência geral e (4) vestindo essas concepções com tal aura de fatalidade que (5) as disposições e motivações parecem singularmente realistas.

Verifica-se a influência da religião na sociedade, que revela seus significados e se justifica nas tratativas da vida humana. A representação religiosa estabelece disposições, motivações e conceitos na memória das pessoas. Passa a compor o estilo de vida e a influenciar os pensamentos, as narrativas e as práticas sociais (MAURICE, 2003).

As religiões cristãs têm condições de estabelecer características comuns, em especial, as de legitimar a ordem social. Mesmo com a multiplicidade das correntes cristãs, de denominações e ramificações, o ato de trabalhar o simbólico é bastante representativo na sociedade. A estrutura da religião contribui para funções sociais que permitem as pessoas justificarem e darem sentido a existência, além da vida após a morte (BOURDIEU, 2007).

As situações humanas de dificuldades e deficiência entram no leque dessas justificativas. Nesse entendimento do quanto à religião fornece sentido e significado para a vida humana, os discursos bíblicos da inclusão são parte da história antes e depois de Cristo (KONINGS, 2014). Os processos de inclusões têm seu marco ligado à piedade e caridade na contemporaneidade, a partir de Jesus.

A religião sempre se ocupou em dar respostas às questões sobre a deficiência e os sofrimentos aos quais estariam submetidas essas pessoas. A denúncia das diversas marginalizações fez parte de seus ensinamentos, mas a marginalização da pessoa com deficiência e a religião tem sido marcada por argumentos distintos, em contextos diferentes (FIGUEIRA, 2015; SILVA, 1986).

De um modo, Jesus discursou e mostrou práticas de enfrentamento das marginalizações em detrimento dos poderosos (KNIGHT, 1983). De outro modo, o que ocorre para a marginalização da pessoa com deficiência no cristianismo se dá pelas interpretações bíblicas e pelos símbolos da pregação de Cristo trazidos para a atualidade. Assim, a religião cristã é uma ação articulada de narrativas, cujas contextualizações se modificam conforme a sociedade.

As concepções das religiões são vastas na cultura e nos costumes de cada povo. Muitas vezes, a palavra religião se identifica com o termo cultura, o que significa

que ao estudar a religião, compreende-se a cultura de uma população (AGNOLIN, 2013; MAURICE, 2003). Nessa perspectiva, as constituições de elementos diversos e distintos podem contribuir com as sedimentações acerca da marginalização da pessoa com deficiência. Na tentativa de dar sentido a qualquer questão, legitima a marginalização dessa população, ao interpretar a situação como castigo ou sentidos semelhantes a isso.

A falta de informações a respeito da condição que produz cientificamente um estado de deficiência faz surgir lacunas para explicar o fenômeno. Isso leva as religiões a tentar explicar o fato. Desse modo, a religião legitima a marginalização da pessoa com deficiência, em torno de um discurso de castigo, doença, caridade e pecado, mas também abre um possível caminho para a inclusão.

A partir da informação e do rompimento do preconceito, torna-se um grande desafio para que as denominações cristãs ampliem seus discursos e suas práticas inclusivas a favor dos que precisam (FIGUEIRA, 2015). As práticas religiosas se mantêm e se modificam com as interpretações e à luz de novas informações. Pelos símbolos da religião, as pessoas assumem ações no seu cotidiano:

É para fornecer o sentido necessário a tais experiências que a religião, ainda que mediante conteúdos e intensidades diferentes em diversas formas, constitui um dos organizadores e reguladores e, com frequência, um dos mais importantes, da vida cotidiana (LEMOS, 2016, p. 11).

A religião contribui para que as pessoas organizem suas ações e seus pensamentos, aderindo à forma de interpretar o sistema simbólico e condicionante das condutas culturais. Dessa forma, explica os sentidos da vida, as desigualdades sociais, o sofrimento humano, a condição da deficiência. A pessoa com deficiência tende a ficar justificada pelas teodicéias e sociodicéias antigas e contemporâneas, revelando grandes desafios para o processo de superação do quadro de marginalização.

Para Berger (1985), a religião legitima seu discurso, ao explicar as mazelas do cosmo. Seja na ordenação, seja nas dúvidas e crises humanas, a religião justifica os sentidos e os significados da realidade:

A religião serve, assim, para manter a realidade daquele mundo socialmente construído no qual os homens existem nas suas vidas cotidianas. Seu poder legitimamente tem, contudo, outras importantes dimensões, a integração em um *nomos* compreensivo precisamente daquelas situações marginais em que a realidade da vida cotidiana é posta em dúvida BERGER, 1985, p. 55).

Pela compreensão retro, há a exteriorização da construção dos significados das relações construídas e sedimentadas nos discursos cristãos. A representação do cristianismo ocupada de um paradoxo, por um lado prega “inclusão” ou “pseudo inclusão”; por outro, revela, sobretudo, a falta de desconstrução de sentido baseada nas potencialidades das pessoas e na efetivação de seus direitos⁸.

Além disso, apregoa a proposta inclusiva em torno de aspectos de caridade e assistencialismo. Dessa forma, ainda que com discurso de inclusão, aparenta continuar a legitimar muitas perspectivas de marginalização quanto à pessoa com deficiência, em especial por essa ligação de caridade, piedade e assistência (CORRÊA, 2009; ARANHA, 2001). A inclusão trata de uma perspectiva de menos caridade e piedade e mais ampliação de reconhecimento de direitos e um olhar menos preconceituoso e indiferente.

Os significados da vida sedimentados pela religião processam os estados de "anomia e nomia", vivenciados pelos indivíduos. As pessoas estabelecem o que é sagrado e profano, certo ou errado, normal ou anormal, sendo pontos que contribuem fortemente para solidificar as legitimações religiosas (BERGER, 1985). O que se pode chamar de processo de inclusão das pessoas com deficiência está ligado ao rompimento de barreiras que contribuem para reconhecer a cultura excludente, para buscar mais informação, deixar os preconceitos e as indiferenças.

Percebe-se, no contexto do sistema simbólico, a construção que inculca preconceitos e naturaliza certas condições, isso se faz pelo reforço nas sociodicéias. Um sistema simbólico também se caracteriza como instrumento de integração social, sendo meio eficaz de contribuir com a inclusão (BOURDIEU, 2007). Entretanto, a tímida iniciativa de discussões sobre as pessoas com deficiência nos cenários religiosos mostra o pouco envolvimento contra o problema da marginalização. Os

⁸ Entre esses direitos estão os seguintes: Declaração de Salamanca, Declaração de Quito, Declaração de Madrid. Lei 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

símbolos religiosos aparecem nas ideias do que é deficiência, como se verá no item a seguir.

1.3 Concepções de Corpo e Deficiência

As abordagens de corpo e de deficiência no cenário social têm certas relações com o campo religioso cristão. As deficiências apresentam sua trajetória marginal legitimada pela sociedade concomitantemente pelas religiões cristãs. O conceito de pessoa é algo culturalmente construído para se ligar ao corpo com ou sem deficiência (CORBIN, 2008).

Para a sociedade grega, antes do cristianismo, pessoa era representação da linguagem teatral *persona*, verbo que significava as máscaras na função de ocupar espaço. Esse conceito simbolizava as representações de papéis representativos no palco. Nesse caso, aquele que por algum modo não consegue ter papéis está invisibilizado como pessoa (ALMEIDA, 2017).

No mito da criação, (Gn 1:26-27), "Façamos o homem à nossa imagem e semelhança", a reflexão de pessoa é de complexidade em torno das dimensões corpo e alma, ambos não separadas, seriam intrínsecos (AGOSTINHO, 1994). Após o cristianismo, pessoa foi dotada de preceito metafísico, considerado por Santo Tomás de Aquino como substância individual e natureza racional (PIRATELI, 2008). Esse conceito influenciou mosteiros, igrejas e universidades. O entendimento produziu sentidos de mudar narrativas submetidas a sociedades.

No contexto da Idade Média, pessoa é termo que se revela na natureza racional, pois pela racionalidade caracteriza-se a pessoa. Na modernidade, os aspectos teológicos sofreram influências: pessoa deixa de ser o eixo central e *persona* tem crescente ascensão da técnica instrumental, ampliam-se as questões em torno dos deveres e dos direitos.

Nessa percepção, Mounier (1950) denuncia que a impossibilidade de o indivíduo alcançar a condição de pessoa configura uma crise valores baseados no individualismo e no consumismo, havendo a necessidade de que a pessoa tenha a sua valorização em si. A igreja pode ter um comprometimento com os referenciais de

pessoa para o "humanismo integral". Mas seria possível esse humanismo concretizar-se nas bases do cristianismo, mesmo com constituições bastante ligadas ao incentivo do "espírito capitalista"? (WEBER, 1967).

A percepção de conceitos e sentidos se esvaziam, desgastam-se e são reelaborados para as representações dos papéis sociais. Os conceitos de pessoa, corpo e deficiência constituem-se de acordo com o tempo e o espaço, gerando sentidos distintos (FOUCAULT, 2006).

A visão de pessoa com deficiência é construída de formas distintas no campo social e religioso, modificando-se em diferentes contextos históricos, sociais e políticos, por intencionalidades diversas. Essas relações trouxeram implicações quanto à forma de perceber a pessoa com deficiência, em especial antecipando-se na forma imaginária.

Para Malu Fontes (2006), a sociedade contemporânea está marcada pela imagem cosmetizada e fetichizada do corpo. O projeto de um corpo perfeito traz o modelo cultural de corpos. Os que não conseguem o padrão corpóreo ficam à margem do contexto, sendo enquadrados como imperfeitos ou deficientes.

As concepções de corpo e de deficiência apresentam variáveis⁹, percebendo que antes de marcar a imagem do corpo e da deficiência, há uma pessoa, vivendo ou não no contexto de marginalização. O corpo e a deficiência têm a ser mais visíveis do que a pessoa de direito. Discursos taxativos podem aparecer: "ela é cega, mas é tão inteligente", "ele é cego, mas é como se não fosse", "ela não anda, mas sabe dirigir carro", "ele é deficiente, mas também é filho Deus". Tratam-se de exemplos que carregam e produzem exclusões simbólicas e reais das pessoas, com deficiência. As significações discursivas de marginalização implicam a invisibilizar a pessoa e a não considerar a pessoa em primeiro lugar, mas sim sua deficiência fica mais evidente nos aspectos culturais (AMARAL, 1995).

O entendimento cultural do conceito de pessoa acarreta consequências de marginalização da pessoa com deficiência. A pessoa com deficiência já povoou um imaginário ser um espírito demoníaco, o que gera sentido e consequências para essas pessoas:

⁹ Consideram-se variáveis: pessoa com deficiência, marginalização da pessoa com deficiência, discursos e práticas cristãs em relação às pessoas com deficiência.

Até o século XVI, crianças com deficiência intelectual grave eram consideradas como possuídas por seres demoníacos. Mesmo renomados intelectuais, até fora da Igreja católica, acreditavam que era o demônio que estava ali presente. Importantes figuras da Reforma protestante também a perfilharam, como Lutero, Melanchthone, notoriamente, Calvino, que comandou pessoalmente a caça às bruxas em Genebra, no ano de 1545, da qual resultou a execução de 31 pessoas, o que é um total até reduzido à vista dos milhões ou do meio milhão de pessoas queimadas, na Europa, entre os séculos XIV e XVII, por acusação de intercâmbio com demônios ou forças do mal (FIGUEIRA, 2015, p. 137).

A deficiência era alvo das mortes, pelo viés dos discursos que geravam práticas de atrocidades sem precedentes, baseadas em justificativas consideradas aceitas naquele momento. Muitas produções simbólicas produziram memórias marginais em relação à pessoa com deficiência, bastante ligada às questões que envolvem limitações e exclusões sociais. A incompreensão da deficiência é fato gerador do preconceito e da marginalização (JACOPO, 2007).

Os conceitos de pessoa e suas diversas definições de pessoa bastante complexas nos provocam a pensar sobre as relações de pessoa e comunidade. Pretende-se com a ideia de comunidade tratar da ética de um espaço favorável para mais informação, menos preconceito e indiferença quanto à forma de perceber as pessoas com deficiência. Para Lemos (2012, p. 68), "o conceito de comunidade continua a desafiar uma definição precisa", e enfrenta o desafio de romper com o individualismo. Representa a partir da ampliação de conceitos de direitos humanos, de responsabilidades, e de demarcadores sociais (PIOVESAN, 2005; ASCENSÃO, 2008).

Há muitos corpos com deficiência, cabendo-lhes os direitos básicos. As marginalizações são as violações dos direitos humanos. Conforme IBGE (BRASIL, 2012), A estatística de pessoas com deficiência serve para as discussões sobre a marginalização dessa população. Uma trajetória que está bastante voltada às apreensões dos modelos médico e social da deficiência (NERI, 2003).

Os números são expressivos da OMS - Organização Mundial de Saúde de pessoas com alguma deficiência provocam a análise dos corpos postos à margem ou em exibição do anormal na "[...] cultura de deformidade como negócio lucrativo" (CORBIN, 2008, p. 253). A exposição de corpos com deficiência, pelo estranhamento, é motivo de divertimento, como é o caso de anões, pessoas corcundas, com deficiências múltiplas. O espetáculo incide na marginalização promotora de injustiças

sociais. As pessoas com deficiência ao longo da história tiveram suas vidas marcadas por imaginários coletivos de exclusão legitimada.

De acordo com Corbin (2008, p. 256), o corpo diferente serve para dar “[...] suporte para espetáculos, como indústria moderna de diversão de massa”. Tais exposições contribuem para reforçar a marginalização, explorando corpos, de forma a cometer violação de direitos. A forma como o corpo é percebido atrai múltiplos olhares e geram sentidos que compõem a marginalização. As concepções culturalmente legitimadas, a partir de um ideário de perfeição, influencia o discurso cristão e toda problemática das práticas contra as pessoas com deficiência.

A temática da deficiência e sua recepção na religião tem a ver com a concepção de corpo e normalidade como constituição social. O corpo desenvolve meios de expressões, fala, movimenta-se para estabelecer conexões de capacidade, conforme o que se espera dele. O corpo representa diversos significados, além das questões biológicas e sociais (GOFFMAN, 1988).

O corpo com limitação, como é o caso do corpo da pessoa com deficiência, estabelece diferentes reações na recepção simbólica dos indivíduos. Aquilo que não está dentro de padrões considerados normais tende a ser visto com estranhamento. Tem-se a exclusão que revela a marginalização, dentro do preconceito e da indiferença recorrentes nas práticas cristãs analisadas.

As visões diversas e complexas da pessoa com deficiência são importantes para as implicações dos discursos carregadas de sentidos e significações da sociedade (WEBER, 1991). Pelas representações sociais, percebe-se a construção cultural das pessoas e das instituições religiosas, que produzem discursos e práticas nos sistemas simbólicos (BOURDIEU, 2007).

A trajetória de marginalização traduz as concepções de corpo e de deficiência. A religião reproduz o processo de marginalização consciente e inconscientemente na sociedade. As formas simbólicas dos aportes de inclusão passam pela abordagem de corpo ideal, contrapondo ao deficiente.

1.3.1 Corpo Ideal e Deficiência

As concepções de corpo ideal estão nos mitos do corpo perfeito, da pureza, para expor o contexto marginal da pessoa com deficiência. O corpo comporta a subjetividade e a cultura da sociedade, influência direta e indiretamente a vida das pessoas, de formas variadas, havendo comportamentos diferentes diante do corpo humano.

Para Daolio (1995, p. 105), no corpo estão [...] inscritas todas as regras, todas as normas e todos os valores de uma sociedade específica, por ser ele o meio de contato primário do indivíduo com o ambiente que o cerca". A marginalização da pessoa com deficiência difere-se em função de tempo e nas distintas sociedades. A localização do corpo na cultura das pessoas revela as percepções da sociedade. O corpo como "inesgotável fonte de símbolos" apresenta e representa construções culturais, e acaba tornando mais visíveis, conforme determinadas diferenças sociais.

A imposição do culto ao corpo, idealizado, publicizado e comercializado produz certa distância entre o ideal e o real. Há fato geradores de graves problemas psicossociais, porque a maioria nunca chega a ter esse ideário corporal. Frisa-se o culto ao corpo (LIPOVETSKY, 2009).

Entretanto, a cultura da "corpolatria" não é totalmente impositiva, mas negociada, legitimada, mesmo que isso implique alienação emocional, depressão, ansiedade, baixa autoestima (NOVAES, 2010; LIPOVETSKY, 2009). As relações pessoas com o próprio corpo passa a ser um problema. Alguns pensam ter o controle do corpo para o inscrever no ideário de perfeição (LE BRETON, 2003). O que acaba por estimular uma busca incessante pelo padrão de beleza e perfeição, com investimento real no capital do corpo ligado à ascensão social em todas as suas esferas.

O modelo de padrão de beleza atual, perfeito e trabalhado não representa a matriz de diversidades que constituem a maioria das pessoas da sociedade. Serve para as representações do consumo em detrimento à pessoa. A padronização midiática é o meio de propagação dos ideários impossíveis de serem alcançados para a maioria. É forma simbólica de violência bastante agressiva contra todos não enquadrados no corpo ideal, mas mais ainda para a pessoa com deficiência.

Os meios de comunicação, de um modo geral, veiculam imagens de corpos perfeitos. Tais corpos não incluem os limitados ou fora do padrão escultural, atlético.

Os corpos ideais estão ligados aos sentidos de ter capacidades: mobilidade e agilidade, para os aspectos comerciais. Nesse sentido, o corpo é uma espécie de capital, colocando à margem a pessoa com deficiência.

Pode-se inferir, a partir de Aganbem (2007), que se consome a aparência, o modelo, a beleza comercializada, dentro da legitimação do consumismo. Os padrões apresentados são compartilhados para o público das massas, como se servissem a todos indistintamente. Para atingir o objetivo de ter um dos modelos de corpos, cultua-se o corpo: vale tudo para ter o corpo perfeito, mesmo que a saúde seja colocada em risco.

Os moldes significam discursos de imposição de culto ao corpo. Trata-se de fazer a representação do corpo para que a pessoa sinta a necessidade de atribuir a si mesma a imagem que se projeta. Essa passa a consumir a estética, as dietas, as cirurgias, os modismos alimentares, entre outras propostas de alcançar os padrões corpóreos.

Outras áreas da vida passam a não ter tanta importância, os problemas sociais são dados como menos relevantes do que o tal bem-estar de ter o corpo supostamente perfeito. As produções midiáticas dão sentidos maiores para a imagem do corpo perfeito do que enxergar as mazelas que cercam toda sociedade (NOVAES, 2010; LE BRETON, 2003).

Entretanto, para Machado (2006, p. 43): "[...] as pessoas não são apenas receptoras passivas dos valores sociais. Ocorre uma negociação, onde há um poder opressivo normativo de controle social e um contrapoder, que são as resistências a esse poder". Significa que essa relação de consumo compartilha a legitimação dos padrões de beleza.

A busca por produtos com efeitos rápidos, cirurgias e qualquer coisa que promova transformações corporais se dá pelas representações simbólicas do corpo ideal. Prega-se a vida saudável, a reeducação alimentar. Tem-se o mito que se constitui um aporte da "cosmovisão" de determinado grupo, que expressa as concepções de um povo (ELIADE, 1992).

O corpo ideal e suas implicações exercem a força do mito corporal. Nesse contexto, o mito de Procusto é analisado, pois esse personagem, em Atenas, vivia a obrigar os viajantes a deitarem-se em sua cama, para que fossem modelados,

conforme seu padrão de corpo. Mesmo que ele tivesse que os mutilar ou esticar seus corpos, ele fazia lhes ter uma medida igualitária (BRANDÃO, 1991).

Procusto exercia a força imaginária do mito, ao forçar os viajantes a ter seu modelo de corpo. As representações simbólicas de perfeição são percebidas na ideia atual de padrão corporal. Mesmo quem não consegue se adequar aceita os modelos de corpos como fascínio almejado. Certamente, corpos deficientes não servem para influenciar o mito do corpo imaginário de perfeição (AMARAL, 1995; BRANDÃO, 1991).

O corpo não idealizado sofre mais ou menos marginalização, dependendo da sociedade. Mas frisar qualquer releitura nesse sentido não é tarefa fácil, embora possa ser feita, a partir da deficiência não estar ligada à ideia de maldição, de incapacidade, pois muitos conseguem fazer as mesmas coisas que o considerado normal.

As dificuldades de uma pessoa podem ou não estar ligadas às suas capacidades. Se o capital mais importante do corpo é sua imagem física, de que forma cabe valorizar o intelecto? O lugar do corpo compreende a problemática de como é visto o corpo ideal na esfera da religião. O rompimento do quadro que marginaliza uns para cultuar outros é motivo de se repensar o contexto da sociedade corporata e consumista da atualidade (LIPOVETSKY, 2009; LE BRETON, 2003).

1.3.2 Corpo Ideal no Campo Religioso Cristão

O lugar do corpo no imaginário religioso ocupa espaços nas práticas simbólicas de invisibilizar a pessoa com deficiência. No campo da religião, o corpo está atribuído a ideia de purificação da alma, pagamento de pecados, sofrer em vida para viver melhor depois da morte. Trata-se a marginalização como vontade do sagrado¹⁰, por isso não se discute, mas se conforma (BERGER, 1985).

As representações religiosas povoam o imaginário do corpo, as igrejas cristãs tentam, de alguma forma, atribuir aos corpos o que podem e não fazer. O corpo é

¹⁰ Para Rudolf Otto (1985), sagrado é saturado de significado, ambíguo e relativo, desperta tremor e temor.

veículo de representação dentro das religiões. O corpo ideal no cristianismo passa pelo critério de padrão:

Por estar no centro do mistério cristão, o corpo é uma referência permanente para os cristãos dos séculos modernos. Não foi enviado seu filho à Terra, pela anunciação-encarnação, que Deus deu aos humanos uma chance de salvar-se, corpo e alma? Nos textos e nas representações que falam da criatura, de suas esperanças e de suas penas, o corpo está aí, sempre e em toda parte (CORBIN, 2008, p. 19).

A religião apresenta seu corpo perfeito, sacrificado, ressuscitado, imagem do imaginário religioso: "O corpo religioso é um vasto domínio de estudo, um campo ainda inculto que antropólogos, historiadores das representações e historiadores da arte começam a explorar" (CORBIN, 2008, p. 22).

As instituições religiosas contribuem para o ideal de corpo simbólico. Nesse contexto, surgem múltiplos significados do corpo, colocado à luz das ciências da religião, colocando-se no lugar de linguagens e representações. Os cristãos inscrevem-se contexto excludente, por ficar no silêncio e não lutar pelos direitos das pessoas com deficiência. A expressão dos discursos trata de encontrar legitimação para crenças gerais, mas não colocar em pauta a temática da marginalização da pessoa com deficiência: "É preciso abrir mão de teorias gerais, de tentativas de dizer tudo sobre o todo. Não é na explicação do todo que o discurso teológico encontrará sua relevância, mas na auscultação detida das partes" (ROCHA, 2007, p. 149).

No cristianismo, mesmo transmitindo a ideia de que todos são imagem e semelhança de Deus, sendo todos iguais, o processo de marginalização da pessoa com deficiência legitimou-se (WEBER, 1991). O cenário religioso dá legitimidade para o processo de marginalização da pessoa com deficiência. Entretanto, cabe ressaltar que não apenas a religião que promove o processo de marginalização da pessoa com deficiência, mas trata-se algo enraizado nas sociedades, por meio de diferentes instituições que lidam com pessoas.

A proposta de compreender as visões sobre o corpo deficiente no imaginário religioso depara-se com os desafios da história legitimadora da exclusão. As implicações abordadas estabelecem que os silêncios também marginalizam a pessoa com deficiência. A religião cristã propõe seus critérios de corpo perfeito, tendo

referências significativas para os discursos das possibilidades de exclusão ou de inclusão.

2. DISCURSOS E PRÁTICAS CRISTÃS: DIALÉTICA DA MARGINALIZAÇÃO E DA INCLUSÃO

Neste capítulo, será feito uma análise da dialética do processo de marginalização da pessoa com deficiência, a partir de discursos e práticas cristãs. Optou-se por alguns recortes de discursos e práticas que promovem a marginalização ou a inclusão. Objetiva-se investigar os elementos e a intencionalidade do discurso religioso inclusivo.

A marginalização da pessoa com deficiência é compreendida como um tema de direitos humanos. Esses fundamentam-se nos princípios legais para repercutirem nas relações sociais e religiosas (ARANHA, 2000). Essas instituições estão inseridas no contexto do cristianismo, com suas ramificações e seus significados.

Pensar na marginalização da pessoa com deficiência é trazer os discursos que não revelam a cultura da marginalização, mas materializam-se nas práticas. Há a dialética do discurso frente à prática, pensada na análise do discurso, posta nas categorias teóricas dos autores que a veem no contexto religioso cristão.

2.1 Análise do Discurso da Marginalização

Neste item, a investigação foca-se na análise do discurso da marginalização no campo religioso cristão, também considerando os contextos ligados à sua produção. Por considerar que discursos e práticas produzem uma diversidade de significados, a Bíblia aparece como base de interpretações para o cristianismo.

O Professor Joel Antônio Ferreira (2011), em seu texto: "Paulo, Jesus e os marginalizados: uma leitura conflitual do novo testamento", apresenta argumentos para as possíveis interpretações, podem ter contribuído para as narrativas que envolveram à marginalização da pessoa com deficiência:

A distância entre os textos da Bíblia e nós, os leitores, é imensa. O grande sonho do(a) leitor(a) e do(a) intérprete é se aproximar, o mais que puder, da época em que o texto foi escrito. No entanto, sabem que gostariam, porém,

nunca absorverão o sentido total do texto escrito. Na história, sempre existiram vários sistemas de interpretação da Bíblia. Paulo tinha o seu modo de interpretar o Antigo Testamento. Os evangelistas também tinham os seus e, muitas vezes, um não coincidia com o outro nas interpretações. Tomás de Aquino tinha o seu jeito. Lutero o seu. Ultimamente (séc. XIXXXI), os estudantes de teologia e os biblistas usufruíram dos Métodos histórico-críticos. Cada época privilegia um tipo de interpretação da Bíblia. Geralmente, quem interpreta está inserido em determinados momentos históricos, dentro de um contexto onde se encontram cristãs e cristãos envolvidos em determinadas comunidades (FERREIRA, 2011, p. 4-5).

Nessa perspectiva de diferentes interpretações, os discursos da inclusão ou da exclusão se tornam mais ou menos evidente. Dependendo de quem faz a interpretação, o texto sagrado passa por um olhar dialético sobre a marginalização da pessoa com deficiência.

O antigo e o novo Testamento são fontes de produção de discursos, que repercutem na sociedade. Há diversidade de interpretações que inferem na temática da marginalização da pessoa com deficiência. No livro de Levítico, está inserido em um contexto de instruções, em categorias que enquadram orientações quanto às formas de viver da comunidade judaica. Englobam-se aspectos da vida social, em relação às orientações para sumo sacerdote:

Javé falou a Moisés: Diga a Aarão: "Nenhum de seus descendentes, nas futuras gerações, que tiver algum defeito corporal, poderá aproximar-se para apresentar o pão de seu Deus. Não poderá aproximar-se ninguém que tenha deficiência, que seja cego, coxo, atrofiado, deformado, que tenha alguma perna ou braço fraturado, que seja corcunda, anão, que tenha defeito nos olhos ou catarata, que tenha chagas pustulentas, ou que seja eunuco (Lv 21:17).

Os elementos fundamentam discursos em torno do impedimento de sacerdotes e bispos com deficiência. Em Deuteronômio, a condição de ter alguma deficiência como significação de condutas definidas e moralmente aceitas na época:

Quando homens estiverem brigando, irmão contra irmão, e a mulher de um deles chegar e, para livrar seu homem da mão do que está ferindo, estender a mão e agarrar os genitais do outro, mande cortar a mão dela. Que ela não encontre piedade aos olhos de você (Dt 25:11-12).

Embora se tenha a justificativa plausível de simbologias, há defesas que consideram essas narrativas produtoras de significações para as práticas de exclusões. Entretanto, ao considerar o sentido original, o discurso e sua prática podem ser entendidos de outra forma, para uma proposta de inclusão. Pensando assim, na igreja cristã católica e na protestante, alguns sacerdotes que foram acometidos por deficiência mantiveram atuantes (FIGUEIRA, 2015; SILVA, 1986).

Os discursos se voltam para os modos e costumes daquela sociedade, advindo a deficiência com forma de castigo, de punição. Analisar tais discursos, a partir do que eles produziram ao longo do imaginário das pessoas, torna-se um desafio, sendo aceito que contribuíram, de certa forma, para a marginalização da pessoa com deficiência.

A inquisição católica produziu discursos e práticas que contribuíram para reforçar a marginalização das pessoas com deficiência, a partir da perseguição e extermínio de deficientes mentais, considerados loucos e endemoninhadas, utilizando práticas de tortura e morte pela fogueira (ARANHA, 2000). Também nos discursos da reforma protestante, ocorreram legitimações que contribuíram para a marginalização das pessoas com deficiência.

Pensando assim, o texto sagrado do cristianismo pode ser meio de surgimentos dos paradoxos de interpretações, que consubstanciam com construções sociais da marginalização. O mesmo texto causa ressonâncias podem gerar uma variabilidade de objetivos. Podem ocorrer que práticas se tornem espaços para criam culturas legitimadoras de si mesmas.

Como exemplo desse pensamento, matar uma pessoa com deficiência, em um determinado contexto histórico, pode ou não representar uma atrocidade à vida ou uma prova de respeito e amor. Na atualidade, alguém que não consegue andar pode usar uma cadeira de rodas, muletas, carros ou outros meios para se locomover sozinho. Mas em épocas ou contextos em que não se tinha ou têm recursos assim, pessoas deficientes passam a ser vistas como aquelas que sobrecarregam as outras.

Desse modo, há duas formas de percepções, que variam de acordo com as representações sociais de cada comunidade. Não sendo possível aplicar as mesmas regras de análises em todas as comunidades, uma vez que cada uma tem suas normas, valores e suas condutas. Assim, o que interessa compreender é como as

diversas formas de discursos são legitimadas nas experiências da coletividade, tendo força de justificar algo, conforme o contexto.

Para Melo (2017, p. 6), o discurso religioso "é constatado pela carência de investigação em torno da natureza desse discurso, da sua constituição, dos conteúdos e imaginários por ele veiculados e dos seus impactos sobre a população". A problemática tem natureza bastante complexa, pois nem todas as vezes que um discurso é falado, ele emite a mesma mensagem. Há casos que ele gera outros discursos, que podem até contradizê-lo. Nem sempre há uma preocupação do que significa cada discurso, sendo ele ressignificado em grupos diferentes (CHARAUDEAU, 2008).

A análise do discurso requer profundidade e não superficialismo nas observações dos discursos. As análises focam nos discursos contidos de apropriação e construção social:

[...] trata-se de compreender o enunciado na estreiteza e singularidade de sua situação; de determinar as condições de sua existência, de fixar seus limites da forma mais justa, de estabelecer suas correlações com outros enunciados a que estar ligado (FOUCAULT, 1987, p. 31).

A análise deve ser mais profunda dos enunciados, pois a força discursiva de um texto pode esvaziar ou expandir algo, apresentar esse algo como diferente de sua originalidade. A apropriação de um determinado discurso codifica e decodifica a favor do que se pretende produzir. Há nele uma carga de poder que apresenta espaços de reflexões das diversas e contraditórias formas de interpretações.

O discurso comum na maior parte das igrejas cristãs visitadas é de incluir grupos marginalizados. Algumas se dedicam a inclusão com maior grau de envolvimento, outras com menor envolvimento. Com base nos textos bíblicos sagrados, os discursos propagam ações inclusivas, mas partem de pontos que legitima ou não a marginalização das pessoas com deficiência.

Foucault constitui a análise do discurso em fases de compreensão: arqueologia, genealogia e ética, estabelecendo uma interligação metodológica. Na primeira fase, ele apresenta "as palavras e as coisas", como exemplo de escavar, procurar por baixo das coisas, aquilo que não é visto; ir a fundo às palavras, por serem produtoras das coisas, das realidades. Na segunda fase, há a preocupação de

interpretar a "genealogia" dos dados, das narrativas, do poder, para a compreensão de como os discursos produzem certo poder e "dispositivos" para se manter. Na terceira fase, surge a ética, como *lócus* que articula seus discursos sobre o cuidado de si, enquanto espaço de análise das subjetivações, o convite a deslocar o olhar as codificações e decodificações sobre os discursos no que se refere a conduzir a sociedade, este mecanismo último também proveniente de uma apropriação capitalista (MACHADO, 2006).

Para Foucault (2006), o discurso é um ato de poder e de política, ocupando-se de uma ordem, denominada "a ordem do discurso". A produção dos discursos e o poder vem das pessoas, e é controlado, organizado e selecionado nas formas de procedimentos, dos quais ele denomina "dispositivos"¹¹ (Foucault, 2000).

Com base nessa perspectiva, o discurso não é isento de uma visão política, ele carrega caráter ideológico na linguagem, e os dispositivos vão além da pronúncia. Ele se materializa nas produções de sentidos que carregam as palavras, as imagens, as práticas, as músicas, as instituições. Junto à análise que ele convida a realizar, é essencial verificar o que o discurso diz, o que escondem de dizer e o porquê dessa relação.

Para Foucault (2001), o discurso se solidifica em mecanismos culturais, legitima-se por meio da fala, e isso se manifesta pelo poder que ele exerce, estabelecendo-se como limites de regras e validando o que se pretende. Se um discurso se mantém e sobre ele não se questiona, ele se sedimenta, torna-se um conjunto de significado com dificuldades de modificações, caso não haja nova oposição ao discurso original. Nesse ponto, a preocupação do discurso é de se manter ou se modificar, conforme seu interesse.

Toda palavra dirigida está carregada de finalidade do discurso de criar lógicas. A fala torna-se também um jogo de enunciação a fim de relações de manutenção. Todo discurso tem forma de impor algo com bases em determinados poderes e desejos. A análise do discurso considera em que contexto social essas falas estão

¹¹ Foucault (2000, p. 244) atesta que dispositivo é "[...] um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode tecer entre estes elementos".

sendo produzidas, e para que fim. Assim, é possível compreender a realidade, no que tange o discurso que promove a marginalização da pessoa com deficiência.

De acordo com Charaudeau (2010, p. 25), a abordagem do discurso tem bases de múltiplos significados de como se manifesta os fundamentos implícitos e explícitos dos discursos: A análise do discurso tem por objeto de estudo a linguagem, enquanto produtora de sentido em uma relação de troca, visto que ela traz em si mesma o signo de uma coisa que não está nela, mas da qual é portadora”.

De acordo com Charaudeau (2010), nos níveis de construção de sentido, o discurso se torna elemento importante no processo de comunicação, ou seja, aquele a quem está sendo comunicado algo cabe o processo interpretativo. Há os sujeitos da linguagem, portanto, são sujeitos discursivos que mantêm as relações subjetivas das ações indissociáveis de dizer e fazer. Mesmo com significados diversos, “[...] todo ato de linguagem é o produto da ação de seres psicossociais que são testemunhas, mais ou menos conscientes, das práticas sociais e das representações imaginárias da comunidade a qual pertencem” (CHARAUDEAU, 2010, p. 29).

As produções discursivas repercutem seus sentidos vinculados aos discursos. Há a relação entre as narrativas e as práticas condizentes ou não com a marginalização da pessoa com deficiência. Nessa conjuntura, o discurso se reelabora medidas para ações inclusivas ou de exclusão.

Na questão dialética segregação e campanha inclusiva das pessoas com deficiência, discursos e ações estão embasados nas interpretações de cunho religioso. As produções de sentidos nem sempre são visíveis em um primeiro momento, sendo evidenciadas na trajetória da marginalização.

2.2 Dialética Inclusão- Exclusão Religiosa

O espaço da dialética é de inclusão ou exclusão, como ponto de partida para trazer o paradoxo de discursos que incluem, mas apenas contribuem para a marginalização da pessoa com deficiência. A forma de olhar a pessoa com deficiência está inscrita na história de diferentes sociedades.

Alguns achados arqueológicos em 2009 revelaram que em uma sociedade egípcia de cerca de 500 mil anos a.C., crianças com deficiência não foram sacrificadas. Percebe-se a ideia de inclusão, com essa população que produziu uma história de discursos de inclusão, mas isso não quer dizer que, de fato, esse povo fosse contra a marginalização. Tem-se que nem todas as deficiências eram tratadas com mesmo nível de preconceito ou indiferença (CRESPO, 1990; SILVA, 1986).

A mitologia grega marcada por traços da marginalização da pessoa com deficiência estabelece relação com o pensamento de outras épocas, deixando rastros que configuram práticas excludentes (O'DEA, 1969). Nas narrativas mitológicas, o discurso sobre as deficiências era revelador do castigo dos deuses, havendo a morte de quem nascia com alguma deformação: "desde a época da pré história, as crenças em torno de males e enfermidades estavam ligadas à vingança ou ao enfurecimento dos deuses" (SILVA, 1986, p. 31).

O pensamento de a deficiência ser ou não um castigo influi na marginalização de quem a tem. No livro III de Platão - a medicina e a jurisprudência, há questões que reportam a marginalização de deficientes (SILVA, 1986). As formas de tratamento e exploração a que foram submetidas às pessoas com deficiência, conduziram um olhar bastante preconceituoso aos corpos diferentes, esse fato impôs gravíssimas exclusões sociais:

A esmola chegou a ser um negócio muito rendoso em Roma Antiga. Na verdade, foi tão rendoso que houve épocas em que foram realizados raptos de crianças patrícias muito novas, para serem mutiladas ou deformadas a fim de se tornarem pedintes nos templos, nas praças e nas ruas de Roma e das outras importantes cidades do vasto Império Romano. Certamente foi por motivos dessa natureza que durante a decadência do Império, os patrícios que ocasionalmente tinham filhos defeituosos, sabedores dessas histórias, passaram a usar das prerrogativas dadas pelo instituto do "pátria potestas" para eliminar a vida desses recém-nascidos, não correndo eles mais o risco de se tornarem mendigos e de terem seus corpos deformados. Na Roma dos tempos dos Césares, ou seja, em séculos mais sofisticados e menos bárbaros, deficientes mentais, em geral tratados como "bobos", eram mantidos nas vilas ou nas propriedades das abastadas famílias patrícias, como protegidos do "pater famílias". Cegos, surdos, deficientes mentais, deficientes físicos e outros tipos de pessoas nascidas com malformações eram também de quando em quando ligados a casas comerciais, a tavernas, a bordéis, bem como a atividades dos circos romanos, para serviços simples e às vezes humilhantes, costume esse que foi adotado por muitos séculos na História da Humanidade. [...] Foi extremamente notória em Roma também a utilização de meninas e moças cegas como prostitutas, além de rapazes cegos como remadores, quando não eram usados simplesmente para esmolar (SILVA, 1986, p. 93).

Tratam-se de diversas formas de exploração e marginalização da pessoa com deficiência. É uma trajetória marcada por processo de exploração, preconceito e de indiferença. Pode se notar que pessoas com deficiência, causadas ou de nascença, eram usadas para serviços exploratórios, configurando em sua marginalização. Isso mostra que apenas o fato de não serem mortas ou de atuarem em algum espaço, não significa que eram incluídas na sociedade.

Tanto na antiguidade quanto na modernidade são encontrados aportes excludentes, configurando a dialética de colocar a pessoas com deficiência em espaços de marginalização. Nos dois momentos da história, há relatos de situações que submeteram essa população a marginais com pseudos considerados inclusivos.

No século IX, os paradigmas do processo de marginalização se apresentam com complexidade, colocando à margem variadas formas de deficiências. Contra essa exclusão Luís IX, por volta de 1214 e 1270, criou um abrigo para cegos e dedicou esforços para inclui-los na sociedade:

Entre os reinados de Luiz IX e Luiz XVI os cegos emanciparam-se e receberam privilégios tanto de reis quanto de bispos da Igreja Católica, chegando mesmo a acumular riquezas enormes e a vestir-se de veludo, um dos tecidos mais dispendiosos da época. A Igreja ajudou significativamente dando-lhes permissão expressa e exclusiva para esmolar nas escadarias e nas portas das igrejas. Tinham também autorização eventual para vender grinaldas e flores dentro de suas naves. Não é difícil imaginar que ideias de emancipação dos cegos nesses 500 anos da História Francesa fossem tidas como uma espécie de questionamento da autoridade da poderosa Igreja Cristã, ou talvez um sacrilégio. Os primeiros bispos que deram as famosas autorizações exclusivas tanto para mendigar nas portas das igrejas quanto para comercializar flores foram o de Paris e o de Chartres. Não foram autorizações individuais, mas dirigidas às corporações dos cegos (SILVA, 1986, p.160).

A acolhida real carrega traços de beneficiar toda uma classe: os cegos. Os esforços reais não perduraram em meio aos séculos, por envolver uma proteção segregadora. Discursos relacionados às pessoas com deficiências, salvo exceções, são discursos carregados de legitimações de abandono e subumanos (FIGUEIRA, 2015).

Os discursos de rompimento da marginalização da pessoa com deficiência, mais marcantes passam por Jesus Cristo, que atentam para outros grupos que estão nessa margem de exclusões. No processo dialético de exclusão-inclusão, as

questões investigadas são perceptíveis nas práticas cristãs, dentro das lógicas ligadas ao seguimento cristão.

Há interpretações significativas de que há na essência do cristianismo o cuidado com o outro, além de buscar as garantias de direitos das pessoas com deficiência. Nesse universo de reconhecimento da pessoa com deficiência, considera-se que parte delas são submetidas a todas as formas de exclusões e explorações, pelas condições individuais de acesso a uma vida com dignidade. Entretanto, a maioria das pessoas deficientes está no grupo dos mais pobres, conforme dados do censo 2010 (OLIVEIRA, 2012).

Pessoas com deficiência estão entre os grupos vulneráveis à marginalização, com dificuldade de acesso à saúde, trabalho, educação e lazer. Privadas de usufruir dos espaços institucionais e sociais pela falta de diversas acessibilidades. Além de terem supressões de direitos, há violações deles (OLIVEIRA, 2012).

No campo religioso e em outros sistemas, a falta de pensar sobre as adaptações dos espaços e templos, para tornar os ambientes acessíveis para pessoas com deficiência, traz os contextos de significados diversos e complexos da dialética inclusão-exclusão. Surge implicação de que não é apenas a arquitetura em si, mas o conjunto de tradições que carregam marginalizações.

Dentre as deficiências, a física se inscreve no conjunto de desafios da inclusão, a partir de que se possa possibilitar a possibilidade de acessos, em perspectiva de autonomia. Porém, entre todas as formas de deficiências, não basta apenas pensar nas estruturas físicas. Está em jogo colocar em pauta certo investimento cultural, atitudinal, simbólico e arquitetônico, que vise mudar o cenário atual de pouca ou nenhuma acessibilidade.

Para Levinas (2012), como via alternativa da inclusão, surge a abordagem personalista contra o falido humanismo rígido e simplista. Para o humanismo do reconhecimento, precede a reciprocidade em uma relação de alteridade. Representa um olhar para o outro para as práticas cristãs em relação à inclusão das pessoas com deficiência.

Há dificuldade do reconhecimento do outro, na fé e na racionalização. Bauman (2003) alerta para deslocar o olhar para a responsabilidade da ética à procura de um *ethos* que encontre ressonância na causa da pessoa com deficiência. A ética proposta

substituiria a inclusão, que passaria a ser o resultado da ética, infiltrando na teologia sistemática do imaginário.

2.3 Imaginário para a Marginalização ou para o Rompimento das Práticas de Exclusão

Nos discursos são encontradas fontes para as práticas, a partir do imaginário, que, de alguma forma, contribuem e geram produções de sentidos de marginalização da pessoa com deficiência. As investigações cabidas são para compreender os elementos que fundamentam o discurso cristão em sua relação com o imaginário e a intencionalidade do discurso religioso inclusivo, recorrendo as quais mitos.

Nessas percepções, as ressignificações religiosas em relação à forma de perceber a pessoa com deficiência podem passar por rompimentos com marginalização, começando pelo imaginário. Para Ruiz (2004), o ser humano, em meio aos paradoxos do imaginário, antes de pensar logicamente as coisas, imagina-as. Imaginar e pensar têm relação com os sentidos da lógica social e da vida.

A imaginação é muito mais que a mera possibilidade de fantasiar a realidade: "constitui[...] a potencialidade que o ser humano tem de impregnar sentido, de modo volitivo e afetivo, as sensações" (LEMOS, 2016, p. 51). O que se percebe da pessoa com deficiência é gerado por significados, que passam pelo imaginário.

O conjunto de palavras e de ações formam a relação discurso e prática, em um processo dialético do pensamento. Nos processos excludentes, estão relacionadas legitimações sociais e religiosas, havendo certa dificuldade em visualizar uma instituição integralmente inclusiva dentro de uma sociedade excludente.

Se em outras sociedades anteriores, cristãs ou não, a dinâmica das relações sociais tendeu mais para os processos excludentes, Bauman (2003) aponta que o rompimento da marginalização é um desafio mais saliente na sociedade pautada pelo consumo e pela produção, na modernidade "líquida". A compreensão dos discursos da globalização aponta os desafios a serem enfrentados pelos grupos marginalizados, partir de postura ética e não mais das justificativas religiosas.

A partir das contribuições abordadas do que revela a religião no cenário de marginalização da pessoa com deficiência, percebe-se que representações do imaginário estão carentes de ressignificações em torno da pessoa com deficiência e suas potencialidades. Repensar a vida cotidiana, o direito à dignidade, o reconhecimento da sua deficiência torna-se um desafio muito complexo nas entidades religiosas cristãs (PIOVESAN, 2005).

O que se considera como deficiência está bastante ligado a um imaginário historicamente erigido, que se constituiu de diferentes formas, em contextos distintos. Além da ampliação das discussões em torno da carga de conceito e preconceito que carregam a terminologia em relação a como tratar as pessoas com deficiência (DINIZ, 2007).

A produção da marginalização quanto à pessoa com deficiência está bastante ligada ao modo de vida e as competências das pessoas. O que denota como doença na atualidade, pode ter sido em outra época caracterizado como deficiência. Em um contexto de trabalho, o indivíduo pode adquirir doenças ou deficiências, em decorrência da luta pela sobrevivência (SILVA, 1986).

A deficiência pode ser proveniente de doença ou de nascença, mas em todos os casos, busca-se sair da situação de deficiência, sobretudo, para livrar-se da marginalização. Pelo imaginário, a deficiência fica marcada por discursos que perpetuam violências. É forte a consolidação de algo legitimado pela sociedade e a carga de produções de sentido que pode causar.

As pessoas tendem a ver as deficiências relacionadas às questões negativas, seja pela forma de interpelação de limitações no próprio corpo, seja nas interações sociais de pessoas com deficiência não estarem entre os considerados normais. Ser deficiente acarreta as situações marginais, ligadas a dificuldades, limitações, entre outras.

Os sentidos da não aceitação da deficiência passam pelo imaginário da pessoa de Adão, primeiro homem, criado por Deus a sua imagem e semelhança. Logo, a ideia de perfeição humana perpétua o imaginário coletivo, o homem a sua imagem própria, refletindo a imagem de Deus, sem deficiência (MAURICE, 2003).

Tais implicações relacionam-se com as concepções de corpo perfeito, que expressam a beleza exterior convencionalizada pela cultura. As imagens que buscam expressar a feição de Deus, em sua maioria, são belas, perfeitas, sem limitações:

beleza coerente com os padrões de corpo ideal de uma dada sociedade. O que está fora dessa contingência gera estranhamento (LE BRETON, 2003).

A marginalização das pessoas com deficiência sinaliza a condição de sofrimento pelo imaginário que as colocam na posição das dificuldades. O fato do discurso se estabelecer e perpetuar violências, remete o quanto é forte uma consolidação de algo legitimado pela sociedade e a carga de produções de sentido que podem causar.

As situações limitadoras da pessoa com deficiência também são interpretadas por contextos bíblicos. A relação marginal da pessoa com deficiência continua ao longo da trajetória do cristianismo sendo revivida, legitimada pela "ordem estruturada de estruturante" (BOURDIEU, 2007, p. 45). O imaginário faz suas representações de marginalização produzidas dentro de fora do contexto religioso.

As produções do imaginário advêm de ressonâncias provenientes da imagem em torno de um Jesus "histórico", "mítico" ou "narrativo": todas perpassam por um imaginário de homem, branco e sem nenhuma deficiência. Essa imagem repercute traços legitimados pela sociedade, embora nem correspondam à realidade. Nesse imaginário construímos o ideal tipo¹² de Jesus, pinturas, narrativas (FERRAZ, 2008; ALONSO, 2012).

O surgimento de Jesus em carne, como ato instituidor do cristianismo, narrativas da marginalização envolvendo a pessoa com deficiência prosseguem em diferentes espaços sociais e religiosos: "Deus torna-se um evento humano, marcado pela cultura, feições, história e a técnica midiática do ocidental" (GALIMBERTI, 2003, p. 182).

O imaginário que marca as marginalizações surge de criações humanas para embasar discursos e práticas. Desse modo, seria reducionismo pensar que apenas pelo contexto do cristianismo legitimou-se a marginalização da pessoa com deficiência. Porém, os espaços religiosos estudados aparecem como representantes das diversas correntes dos cristianismos, para situarem discursos de marginalização da pessoa com deficiência.

Nos discursos religiosos, para Charaudeau (2008), as citações bíblicas, quando servem de fonte "exclusiva de verdade", não se limitam a frases em sequência, o que está implícito tem maior sentido do que as palavras e frases

¹² Ideal tipo: conceito criado por Marx Weber para estudo dos fenômenos culturais (WEBER, 2001).

explicitas. Ao fugir do contexto, multiplicam-se interpretações e entendimentos. Articulam uma série de argumentações e explicações acerca de um tipo de raciocínio, que pode persuadir os interlocutores para produzir validade.

A exemplo da narrativa da cura de um paralítico, em Lc 5:17-26, da forma como se apropria do texto e da descrição da cena, os discursos podem criar diversos efeitos. Salienta-se a limitação como empecilho, sendo um problema pessoal, não da comunidade, por isso a disposição pela cura. A pessoa com deficiência aqui representada pelo paralítico é a exteriorização do peso e da carga de sofrimento, que ninguém quer. A luta do paralítico configura o enredo vivido até os dias de hoje, dos intransponíveis obstáculos, barreiras simbólicas.

A ressonância dos discursos e das práticas cristãs entra nos contextos de exclusão, amparados pelo discurso do "modelo médico ou modelo social da deficiência" (WERNECK, 2004). Observar a pessoa com deficiência nessa padronização possibilita compreender as imagens de normalidade e suas implicações no contexto religioso.

O modelo médico da deficiência tem relação com a produção de construções teorias científicas, advindas do final do século XVIII. Por meio de estudos médicos, houve o enquadramento das patologias e o conhecimento sobre determinadas doenças, anteriormente consideradas deficiências (WERNECK, 2004).

Nesse período também foi possível explorar e conhecer melhor alguns tipos e causas de deficiência, forte avanço da medicina. Ocorreram as possibilidades de medicalizar ou reabilitar. Porém, as práticas de cura eram de segregação:

O mecanismo da exclusão era o mecanismo do exílio, da purificação do espaço urbano. Medicalizar alguém era mandá-lo para fora e, por conseguinte, purificar os outros. A medicina era uma medicina de exclusão. O próprio internamento dos loucos, malfeitores, etc., em meados do século XVII, obedece ainda a esse esquema. E compensação, existe um outro grande esquema político-médico que foi estabelecido, não mais contra a lepra, mas contra a peste. Neste caso, a medicina não exclui, não expulsa em uma região negra e confusa. O poder político da medicina consiste em distribuir os indivíduos uns ao lado dos outros, isolá-los, vigiá-los um a um, constatar o estado de saúde de cada um, ver se está vivo ou morto e fixar, assim, a sociedade em um espaço esquadrihado, dividido, inspecionado, percorrido por um olhar permanente e controlado por um registro, tanto quanto possível completo, de todos os fenômenos (FOUCAULT, 1979, p. 52).

O aporte do modelo médico, a pessoa com deficiência toma para si a culpa de todas as privações referente ao seu corpo. Se o corpo tem imitações, apenas seu esforço individual e suas capacidades alcançarão os direitos almejados. A sociedade não teria responsabilidade para a melhoria das condições de acessibilidades¹³ dessa população. As perspectivas seriam baseadas em segregação, integração e não em inclusão.

No discurso cristão, a linguagem de inclusão é de caridade, piedade, acolhimento, voltada para perspectivas de cura e libertação. Essa última perspectiva fortemente ligada ao contexto do tratamento do modelo médico da deficiência, como questão a ser resolvida, consertada. Esse discurso desconsidera o modelo social da deficiência, que implica responsabilidades para a comunidade, deixando para a pessoa com deficiência a exclusividade de sua trajetória. O modelo médico da deficiência está bastante ligado a um modelo cartesiano, com bases em torno de uma supremacia da ciência (GONÇALVES, 2006; WERNECK, 2004).

A sociedade promover segregações por modelos médicos, por instituições. A partir dos fatos, podem-se analisar como muitas vezes os discursos se modificam, ocupam novos espaços, mas, em diversos momentos, legitimam as mesmas práticas. A deficiência e a doença apresentam-se como quesito de negação de direitos, de escolhas, sobre seu corpo e sobre seu futuro. A "purificação da cidade" não contribuiu para que as instituições mudassem suas estruturas e atitudes, elas promoveram segregações, ao invés de inclusão.

Não se trata de desconsiderar as intervenções, reabilitações, e qualquer tratamento médico, mas buscar um processo de construção coletiva de inclusão e não segregação. As pessoas com deficiência teriam acesso ao seu reconhecimento, seja qual for sua deficiência, a sociedade um comprometimento com as relações acerca das necessidades das pessoas com deficiência e da criação de espaços inclusivos (WERNECK, 1997, 2004; DINIZ, 2007).

As instituições mobilizam poucos discursos relacionados às potencialidades das pessoas com deficiência tendendo a invisibilidade e segregação. A sociedade e as religiões têm corresponsabilidades para o enfrentamento das discriminações e segregações da pessoa com deficiência. Os espaços religiosos de inclusão e suas

¹³ Acessibilidades: culturais, atitudinais, metodológicas, simbólicas e arquitetônicas.

discussões sobre acessibilidade têm sido motivo de preocupação para a inclusão (ROCHA, 2007; SILVA, 1986; ARANHA, 2001).

O que se aponta sobre a problemática da marginalização de pessoa com deficiência é denominações cristãs com práticas ligadas à negação da diferença, havendo a "inclusão superficial". A mudança de cultura é necessária para efetivo avanço do processo de inclusão (DINIZ, 2007; FIGUEIRA, 2015; SAWAIA, 2008; ROCHA, 1987).

Por um lado, há o discurso de servir aos mais pobres, fracos e necessitados. Por outro, a institucionalização das religiões e do próprio cristianismo exteriorizou mudança significativa na cultura para o diálogo ético em relação às pessoas com deficiência, principalmente quando se compara com as atrocidades produzidas. Se as tratativas se mantêm como questões isoladas, equivocadas, não se trata de dar voz ao discurso militante, com intérprete de certos rituais, ou de haver aproximação das pessoas em festividades públicas, trata-se de romper com a noção de "exclusão saturada"¹⁴, repleta de sentido. Tornam-se excluídos "[...] todos aqueles que são rejeitados de nossos mercados simbólicos ou materiais" (SAWAIA, 2008, p. 17). É realidade que tem a ver com as "artimanhas da exclusão", fruto de medidas superficiais e isoladas.

O indivíduo pode sentir-se incluído ou discriminado, sofrendo as formas simbólicas da marginalização. Os aspectos das representações sociais tratam, assim, da marginalização das pessoas com deficiência. São reflexos de atitudes culturais excludentes, nas quais as igrejas cristãs não estariam isentas de produzirem processos excludentes. As práticas e distanciamentos dessa discussão tendem a manter posições complexas.

Conforme Charaudeau (2010), quem profere o discurso considera suas opiniões para as práticas religiosas. O imaginário trata de legitimar o discurso. A marginalização das pessoas com deficiência já foi maximizada ou minimizada, dependendo do imaginário. Há produção discursiva de exclusão ou de rompimento dela. Preconceitos e indiferenças são cometidos pela falta de informação, prefigurando a desatenção em fornecer acessibilidades para as pessoas com deficiência.

¹⁴ Para Sawaia (2008), o termo empregado "exclusão saturada" refere-se a estar saturada de sentidos e contrassensos, sendo quase que impossível de delimitá-lo, pois quase todos nós estamos excluídos de algo, pelas transformações desiguais geradas.

Como há discursos de exclusão, há os formulados para ampliação dos processos de inclusão das pessoas com deficiência no contexto religioso. Somam-se a essas práticas a busca por garantir as possibilidades de rompimento da marginalização. As instituições religiosas cristãs podem promover à ampliação de garantias legais dos direitos das pessoas com deficiência.

O controle da intencionalidade passa pelo imaginário que compõe as narrativas das ressignificações da pessoa com deficiência. Percebe-se a forma dinâmica dos discursos da marginalização e do rompimento dessa realidade. Os sentidos da marginalização são enfoques nas demonstrações da inclusão no imaginário cristão.

2.4 Inclusão no Imaginário Cristão

Objetiva-se nesta parte do trabalho apresentar os aportes da inclusão no imaginário religioso cristão, segundo fatos e discursos. Ressaltam-se espaços religiosos que buscam justificar o discurso de inclusão das pessoas com deficiência. Há denominações que indicam uma mudança significativa nas práticas religiosas cristãs em relação à marginalização da pessoa com deficiência.

Ao buscar nos *sites* as referências discursivas sobre a igreja e a pessoa com deficiência, o imaginário cristão analisa os discursos e as práticas dos seguintes campos religiosos: Igreja Católica Apostólica Romana, Igreja Metodista, Igreja Evangélica Quadrangular, Igreja Congregação Cristã no Brasil, Primeira Igreja Presbiteriana do Brasil, Igreja Evangélica Assembleia de Deus - Ministério Madureira, Igreja Evangélica Assembleia de Deus - Ministério Missões, Igreja Universal do Reino de Deus, Igreja Adventista do Sétimo Dia, Associação Espírita Francisco Cândido Xavier, Igreja Vale do Amanhecer e Igreja Mundial do Poder de Deus.

A história deixa marcas e estabelece uma série de construções sociais que sinalizam indícios de exclusão, embora há aportes da inclusão como subsídios que indiquem a intencionalidade de incluir. O aporte da inclusão sustenta ações que direcionam posturas para mudanças quanto ao processo de marginalização da pessoa com deficiência. Pode se verificar meios de inclusão sob formas de textos, discursos, práticas, e materializações que remetem à inclusão.

Os aportes servem para o modo de organização do discurso com sentido explícito e implícito, tendo especificidades em cada cultura. O texto é revisitado nas mudanças culturais para que os discursos embasados nele produzam novos conceitos ou continuem a reproduzir os antigos, que legitimam a marginalização (CHARAUDEAU, 2008).

O texto de Levítico pode ser usado para mudar paradigmas de exclusão, ao ter seu sentido interpretado para a diminuição de obstáculos culturais, arquitetônicos ou simbólicos, em Lv 19:14: "Não amaldiçoe o surdo, nem coloque obstáculo na frente do cego. Tenha o temor do seu Deus. Eu sou Javé" (BÍBLIA, 1999).

Percebe-se que, entre os discursos e as práticas relacionadas às pessoas com deficiência, interpretações paradoxais são apresentadas ao longo da história do cristianismo. Mas a tendência dos discursos é apresentar um contexto de integração, que tenta efetivar-se nas possibilidades de inclusão, caracterizado por pseudo inclusão.

Esse último contexto pretende ser menos voltado para ações de caridade e piedade, em função das efetivações de direitos. Mesmo assim, em torno de concepções religiosas menos excludentes, as pessoas com deficiência continuam ligadas às questões marginais. Se há o discurso para amar e respeitar qualquer pessoa, também há a tentativa de ir contra a inclusão das pessoas com deficiência.

O discurso é gerador de diversos significados, ora de inclusão, ora de exclusão das pessoas com deficiência. O imaginário cristão fica em meio aos discursos plausíveis de segregação e de reconhecimento da pessoa com deficiência como portador dos mesmos direitos que todos na sociedade.

Os discursos são aceitos ou não pelos seus ouvintes, que têm diferentes percepções das narrativas. Em meio a um cenário considerado excludente, houve destaques para situações de inclusão, ligadas às mudanças práticas, valorizando as capacidades da pessoa humana, como ocorreu com Dídimo, o sacerdote:

É o caso de Dídimo, o Cego (ca. 313 d.C.-ca. 398 d.C.), um teólogo da Igreja Copta de Alexandria, cuja famosa escola catequética dirigiu por meio século. Diversas Igrejas ortodoxas se referem a ele como "São Dídimo, o Cego". Mesmo perdendo a visão aos quatro ou cinco anos de idade, quando iniciava seus estudos, graças a sua grande vontade de aprender, gravou o alfabeto em madeira e depois aprendeu pelo tato as letras, as sílabas, as palavras e depois frases inteiras. Ouvia professores célebres, quando já era moço. Pessoas se prontificavam a ler para ele, a fim de tomar conhecimento dos

melhores livros. Quando seus leitores, cansados, adormeciam, ele meditava muito sobre o que acabara de ouvir e assim gravava o assunto em sua memória, acumulando conhecimentos em regras de linguagem e da gramática, belos trechos dos poetas e dos oradores, bem como noções de retórica. Tornou-se um ótimo conhecedor de assuntos humanos, das Sagradas Escrituras, do Antigo e do Novo Testamento. Dídimo começou a explicar a Bíblia, trecho por trecho, das mais variadas maneiras. Dominava a dogmática da Igreja católica, discutindo-a com precisão e muita propriedade. Conhecia a filosofia de Platão e de Aristóteles, a geometria, a música, a astronomia e as diferentes opiniões dos filósofos (FIGUEIRA, 2015, p. 132).

O reconhecimento das capacidades de Dídimo o colocou na história como exemplo de sacerdote. Embora não seja possível pertinente dizer que esse caso é representativo de que toda aquela sociedade reconhecia a pessoa com deficiência como competente para exercer diferentes funções sociais ou religiosas, o contexto é tido como fato para a diminuição de marginalização de deficientes.

O protagonista deficiente entrou na história com esse adjetivo para reportar suas capacidades e potencialidades como exemplo de que a inclusão pode ser conquistada na sociedade. Personalidades marcantes como Richard Baxter e Santo Egídio foram considerados referências na luta pelas pessoas com deficiência para que história como a de Dídimo se materialize no imaginário (FIGUEIRA, 2015). As representações dos contextos das deficiências são formas de repercutir como se deve ver o outro. Em I Sm 16:7, o texto bíblico chama atenção a isso: "Contudo Javé disse a Samuel: Não se impressione com a aparência ou estatura dele. Não é esse que eu quero, porque Deus não vê como o homem. O homem vê as aparências, e Javé olha o coração" (BÍBLIA, 1999).

As relações discursivas que cercam o imaginário do corpo sem e com deficiência dão percepções da aparência visual para a inclusão ou a exclusão no campo religioso cristão. Os modos de organização de discursos mostram a prática de inclusão em várias passagens bíblicas, como em Êxodo 4:10-15: "Moisés insistiu com Javé: " Meu Senhor, eu não tenho facilidade para falar, nem ontem, nem nunca, nem depois que falaste com teu servo. Minha boca e minha língua são pesadas. Javé replicou: "Quem dá boca para o homem?"; em Gl 3:28 "Não há judeu nem grego, não há escravo nem livre, não há homem nem mulher, pois todos vocês são um só em Cristo Jesus" (BÍBLIA, 1999).

As narrativas possibilitam interpretar a ação de inclusão, tratando-se da abertura para a valorização de diversos grupos excluídos, como a pessoa com

deficiência. Nesse pensamento sobre inclusão, destaca-se a igreja cristã católica na assistência aos pobres e deficientes, como relata o texto referente às suas ações:

Papel dos mosteiros na assistência aos miseráveis. Conforme verificamos anteriormente, com o advento e o fortalecimento do Cristianismo, um grande impulso foi dado às diversas formas de assistência aos necessitados, por ser a caridade a própria essência da nova religião. Praticamente durante a Idade Média inteira, somando aos esforços dos bispos, já engajados por determinações conciliares, os mosteiros constituíram-se numa nova força impulsionadora da assistência social como pura expressão da caridade. De outra parte, responsáveis pela vida e bem estar de seus súditos, alguns senhores feudais sentiram-se também obrigados a cuidar dos menos afortunados, doentes ou deficientes físicos e mentais, de bom ou mau grado, desde que dentro de seu feudo. No entanto, espalhados por toda a Europa e Oriente Médio, os mosteiros eram de fato os únicos lugares que possuíam alojamentos destinados a recolher enfermos, utilizando as instalações dos chamados "xenodóchium" ou "nosocomium", abrigando também eventualmente mendigos aos quais distribuía a alimentação disponível, roupa e algum dinheiro (SILVA, 1986, p. 122).

Textos bíblicos e não bíblicos podem apontar para o imaginário religioso cristão que propõe a inclusão da pessoa com deficiência. Contudo, também são usados nos discursos promotores da marginalização das pessoas com deficiência. Por serem alvos de diferentes interpretações, as significações da problemática marginalização permeiam o imaginário social e religioso.

Quanto a esse imaginário, nos espaços religiosos pesquisados, umas mostram uma evolução para a prática inclusiva, outras esboçam certo silêncio quanto ao assunto.¹⁵ Os discursos em análise se baseiam nas narrativas acerca da marginalização da pessoa com deficiência, a partir dos *sítes* do rol religioso cristão. As instituições cristãs usam a *internet* para fazer divulgação de suas políticas, práticas e seus discursos. Almejam alcançar o maior número de pessoas para introduzir seus discursos e produtos (MOREIRA, 2008).

A amostra do imaginário cristão inscreveu-se na busca de informações nos *sítes* visitados, a partir de dois descritores: o primeiro: nome da igreja e pessoa com deficiência, o segundo: nome da igreja e marginalização da pessoa com deficiência. Dos 12 espaços pesquisados, não foi encontrada nenhuma referência dos descritores

¹⁵ Não houve enfoque em estudar profundamente cada uma dessas religiões, de forma separada, mas, ocupou-se em buscar em seus *sítes* oficiais se havia alguma discussão relacionada à hipótese do trabalho em questão.

no *site* de seis deles: Igreja Vale do Amanhecer, Congregação Cristã no Brasil, Assembleia de Deus - Ministério Madureira, Assembleia de Deus - Ministério Missão, Mundial do Poder de Deus e Universal do Reino de Deus. Em outra forma de busca, a partir dos descritores no *site* da Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil (CGADB, 2017), para as duas igrejas. Também não se encontrou nenhuma referência dos descritores.

Os espaços religiosos com avanços de inclusão são Evangélica Quadrangular, Primeira Igreja Presbiteriana do Brasil, Adventista do Sétimo Dia, Católica Apostólica Romana, Associação Espírita Francisco Cândido Xavier e Metodista. Neles, encontram-se pautas e discursos sobre a pessoa com deficiência, incluindo campanhas, ministérios, pastorais, ações de acessibilidades quanto à promoção para inclusão da pessoa com deficiência. Associação Espírita Francisco Cândido Xavier mantém *site* com acessibilidade para pessoas com deficiência visual e auditiva e ainda disponibiliza material em braile de suas doutrinas e ensinamentos.

No *site* da Metodista, o discurso expõe seu Cânone¹⁶ de 2007. Essa tem uma pastoral da inclusão e Diretrizes para evangelização e acolhimento de pessoas com deficiência, agregando pastores e pastoras com deficiência. Desse modo, há o envolvimento de lideranças com deficiência na cúpula de suas igrejas a favor da inclusão.

No portal da Igreja Católica Apostólica Romana, foram encontrados documentos teóricos, com maior aprofundamento da questão. A Católica destaca o documento da campanha da fraternidade de 2006. Nesse texto, há o seu plano de ação inclusivo:

Propor, estruturar e facilitar condições para que as pessoas com deficiência, pelos seus movimentos organizados, possam fazer uso dos meios e comunicação da Igreja para manifestar seus direitos e necessidades, facilitar sua organização e expressar seus desejos e modos de estar no mundo; Observar, em seu meio, o cumprimento da Lei Federal 8213, (Lei de Cotas), de reserva de postos de trabalho para pessoas com deficiência; Promover nas escolas confessionais a inclusão e a permanência e crianças, jovens e adultos com deficiência; Adotar a concepção do Desenho Universal e Acessibilidade em todos os seus templos e edificações; Repensar o papel e a concepção das suas instituições asilares e de atendimento para pessoas com deficiência, fortalecendo sua atuação enquanto propulsores da inclusão

¹⁶ Cânone é um termo que deriva do grego *kanón*, utilizado para designar uma vara que servia de referência como unidade de medida. Na Língua Portuguesa o termo adquiriu o significado geral de regra, preceito ou norma.

e não do isolamento; Qualificar e profissionalizar pessoas com deficiência para atuarem como Agentes de Inclusão Social, com a missão de refletir, elaborar modos e facilitar a participação das pessoas com deficiência nas diversas atividades da Igreja e população em geral; Propiciar o encontro e a troca entre famílias com pessoas com deficiência para que elas se fortaleçam compreendendo as razões sociais de seu isolamento, levantando-se contra essa condição; A Igreja deve estimular, dialogar e propor parcerias para que as diferentes instâncias do Poder Público assumam a plena responsabilidade da atenção aos direitos das pessoas com eficiência, transformando a legislação existente em políticas públicas consistentes e efetivas; A Igreja deve participar, propiciar e facilitar a criação de uma Rede Articulada de Entidades de pessoas com deficiência no Brasil, para que estas, conjuntamente, possam fortalecer sua atuação dando visibilidade às pessoas com deficiência enquanto parte inseparável da sociedade e do povo brasileiro. (CNBB, 2005).

Esse documento apresenta o discurso que articula a inclusão, mas a historicidade de marginalização da igreja não a isenta de seus equívocos. Mas os avanços demonstram certa inclusão da pessoa com deficiência. O conteúdo exposto sobre a temática explora as questões históricas com ênfase nos objetivos da inclusão. Assume-se o compromisso eclesial com a acessibilidade e com a mudança cultural, na tentativa de desconstruir a marginalização. Compromete-se em materializar a proposta com formação, articulação, mobilização, em favor das pessoas com deficiência, inclusive com destinação de recursos financeiros para tais ações. Desse modo, apresentou mais relações com os descritores do que as outras instituições religiosas pesquisadas.

Assim, o campo empírico trata de perceber a investigação como questão de reconhecimento dos desafios, dos equívocos e dos avanços que as religiões inscritas como cristãs demonstram para a marginalização da pessoa com deficiência. O entendimento interpretativo dos discursos está situado na análise do discurso, que importa reflexão acerca dos direitos das pessoas com deficiência e de como são vistos e aceitos na sociedade e nos espaços religiosos. Os efeitos dos discursos religiosos induzem a praticar a valorização ou marginalização da pessoa com deficiência.

3. CAMPO EMPÍRICO: INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS CRISTÃS

Neste capítulo, tem-se por objetivo apresentar metodologicamente como os planejamentos das visitas nos espaços religiosos, para observar as ressignificações religiosas do campo empírico, com a forma de perceber a pessoa com deficiência e os veículos da marginalização. Foram feitas visitas aos *lôcus* religiosos na cidade de Uruaçu, de agosto a dezembro de 2017, nessa ordem: Católica, Metodista, Quadrangular, Cristã do Brasil, Presbiteriana, Assembleia de Deus - Madureira, Assembleia de Deus - Missão, Universal, Adventista, Associação Espírita Francisco Cândido Xavier, Vale do Amanhecer e Mundial do Poder de Deus. Os discursos analisados revelam a produção de sentidos da marginalização da pessoa com deficiência na sociedade e no campo religioso atual.

Apesar de estar inscrita como religião cristã, a amostra é complexa, por apresentar nesse rol a comunidade Vale do Amanhecer e a Associação Espírita Francisco Cândido Xavier. De um lado, há bases da Sociologia que defende a pertinência dessa inscrição; de outro, há os não atestam tal inscrição das dogmáticas espíritas juntas com o cristianismo.

A matriz religiosa brasileira, do ponto de vista sociológico, fundiu-se, a partir de três vertentes para alguns autores e de quatro para outros (BITTENCOURT, 2003, BRANDÃO, 1998). Para sociologia ritos, mitos, símbolos são inerentes a toda expressão religiosa, e o espiritismo está dentro do espectro neocristão. Nessa perspectiva, a pesquisa de campo traça as marcas significativas das perspectivas dos discursos e das práticas das religiões estudadas.

3.1 Articulação dos Objetivos da Pesquisa com as Observações do Campo Empírico

Neste item, a finalidade é fazer a articulação entre os objetivos deste trabalho, juntamente com as perguntas apresentadas no quadro 1. Apreende-se que observar

o campo religioso traz o conhecimento científico, mas não tão óbvio, visto que discursos e práticas inferem interpretações implícitas e explícitas.

Busca-se mostrar a análise sem a interferência das pessoas ou dos locais pesquisados. Para melhor estabelecer o plano de observação, os objetivos e a categoria religiosa foram seguidos na coleta de informações nas visitas às instituições escolhidas para estudo (DESHAES, 1997; DEMO, 2011).

Os temas religiosos estudados são complexos, especialmente em relação à análise do discurso religioso do campo cristão. Contudo, não se pretende discutir aqui a disputa do "capital simbólico" das compreensões possíveis sobre práticas da religião (BOURDIEU, 2007).

Observa-se que, mesmo não sendo possível ter o aprofundamento de tudo sobre os objetivos da pesquisa, analisar as ocorrências da marginalização da pessoa com deficiência nos espaços religiosos estão sob crivo cíclico da análise do discurso. A compreensão das relações entre a pessoa com deficiência e os *lôcus* religiosos é revelado, por meio da investigação. Os elementos que fundamentam o discurso cristão repercutem nas intencionalidades religiosas de inclusão ou de exclusão (GIL, 1986, p. 176).

Ao seguir os objetivos, a pesquisa indagou qual a situação marginal na qual são submetidas às pessoas com deficiência, no contexto religioso da antiguidade aos dias atuais? Com essa questão, as visitas verificaram o campo empírico para apontar os indícios de inclusão e de exclusão da pessoa com deficiência nos espaços religiosos.

Outros três problemas enfocaram os capítulos para situar melhor os estudos nessas partes, conforme está descrito no quadro 1. O primeiro tem o intuito de verificar e buscar indícios de qual é a concepção de inclusão que prevalece nas igrejas cristãs, se o discurso se relaciona com a prática. O segundo investiga a intencionalidade das narrativas cristãs em relação à inclusão para superação do quadro de marginalização das pessoas com deficiência. O terceiro observa o cristianismo e sua manutenção da narrativa de exclusão ou a busca pela inclusão para romper com o contexto atual de marginalização.

As observações feitas nas igrejas cristãs visitadas são apresentadas, como exemplos de como ocorre a inclusão ou exclusão na realidade contemporânea. As

visitas às instituições religiosas em Uruaçu¹⁷, Goiás, ocorreram em horário noturno, com duração de uma hora e meia a duas horas, sem comunicação prévia. Cada instituição revela sua dedicação a causa da pessoa com deficiência.

A abordagem das problemáticas levantadas permite entender a dinâmica utilitarista dos discursos religiosos sobre a inclusão. Os mitos se encontram nas interpretações discursivas de religiões cristãs. Diante da prática, o processo de inclusão e exclusão formam culturas delineadas dessa dialética.

As perspectivas críticas da análise do discurso, a partir das ciências sociais, trazem expressões e ressignificações do pensamento inclusivo. A marginalização é discutida pela evidência das ações proferidas contra a pessoa com deficiência. Evidencia-se o reconhecimento de que mais pode ser feito para romper com o discurso não inclusivo, de maneira que repercuta na construção cultural religiosa e social (FOUCAULT, 2001).

Percebe-se pouca oferta de criar possibilidades para enfrentar as condições impostas pela marginalização. Entretanto, é possível conquistar condições necessárias para esse rompimento. A importância de considerar a pessoa com deficiência como aquele que precisa ter resguardados os seus direitos, assim como todos, é registrada nesta pesquisa. Viver à margem da sociedade e de suas instituições não convém encontrar respaldo em nenhuma religião. Seu corpo com deformidade, com limitação, não é sinônimo de incapacidades totais, cabendo formas de permitir maiores acessibilidades.

3.2 Cenário Religioso Cristão no Contexto das Acessibilidades

¹⁷ A cidade de Uruaçu tem uma população de 40.217 pessoas, em 2018. O perfil socioeconômico da cidade de Uruaçu, em relação a trabalho e rendimento assim se apresenta: “Em 2016, o salário médio mensal era de 2.0 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 16.5%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava as posições 87 de 246 e 74 de 246, respectivamente. Já na comparação com cidades do país todo, ficava na posição 1807 de 5570 e 1747 de 5570, respectivamente. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 33.8% da população nessas condições, o que o colocava na posição 145 de 246 dentre as cidades do estado e na posição 3821 de 5570 dentre as cidades do Brasil” (IBGE, 2017).

O cenário de marginalização das pessoas com deficiência, para produção de novos interesses e justificativas, torna-se necessário ressignificar algumas questões anteriormente legitimadas e solidificadas. Como exemplo de legitimações e solidificações, exemplifica-se a relação quanto ao templo religioso, *lócus* sagrado, e suas maneiras de sacralizar discursos e práticas (ELIADE, 1992)

Nesses espaços, estão contidas complexas relações com a falta de estrutura para participação de pessoas com deficiência física, cognitiva, auditiva e visual. Destaca-se o pouco ou nenhum acesso da pessoa com deficiência física a esses espaços, elucidando a exclusão. Ao Ihe é negada acessibilidade, seus direitos são negligenciados.

O empecilho total ou parcial a espaços religiosos configura a simbólica exclusão. A falta de acesso compromete o seu senso de pertencer e de ser reconhecido no meio. Sem poder acessar os espaços para a realização dos ritos sagrados, evidencia-se o contexto de exclusão promovido por essa falta de acessibilidades.

As ausências dessas acessibilidades não estão ligadas apenas ao contexto arquitetônico, mas, ao cultural, ao atitudinal e ao simbólico, que representa complexos processos de indiferença e preconceito. Pelo fato de limitar acesso e/ou dizer por e até onde a pessoa pode acessar um *lócus* elucidada diversos significados que podem configurar a marginalização.

Se a instituição religiosa recebe informações e conhecimentos do que e como melhor a sua estrutura para a acessibilidade, e não faz adequações em templos religiosos, sua postura representa as solidificações e legitimações da marginalização da pessoa com deficiência. São representações simbólicas dos espaços religiosos, onde ocorrem supostas justificativas do modelo arquitetônico não cabível de mudar sua situação.

Produzir ações simbólicas de exclusão é imitar os direitos das pessoas com deficiência. São representações que estão mais ligadas à falta de mudança em relação a possíveis modificações para acesso dessas pessoas, do que uma mera referência à arquitetura em si. Têm-se as legitimações culturais contra acessibilidade.

A situação na qual se encontram esse contexto de significados de marginalização é uma forma de cultural da supressão de direitos. Relações ligadas à expressividade religiosa e suas dinâmicas se tornam imprescindíveis para

entendimento do fenômeno social da marginalização da pessoa com deficiência, sendo fato perceptível nas visitas ao campo religioso.

3.2.1 Igreja Católica Apostólica Romana - Catedral

No dia 04 de agosto de 2017, ocorreu à visita à igreja Católica - Catedral, percebendo ser a maior representação no cenário religioso, com grande quantidade de membros. Houve cânticos e leituras bíblicas no ritual. A palavra foi dirigida para tratar do amor de Deus e o exemplo de Jesus. Na oportunidade, frisaram-se a explanação de como Deus ama a humanidade e a necessidade de seguir o exemplo de Cristo, de doação, de perdão e amor ao próximo. O padre fez duras críticas às pessoas que se dizem cristãs e não demonstram isso nas suas vidas pessoais, na vida comunitária e no trabalho.

No dia da visita, havia uma senhora cadeirante, sendo possível inferir que passou por certa dificuldade para entrar no templo. A entrada frontal tem escadaria, mas há nas suas laterais as rampas de acesso ao templo. Não há sinalização para pessoas com deficiência visual e auditiva. Verifica-se que o púlpito da igreja é inacessível para pessoa com deficiência física, assim como o espaço do confessionário. Percebe-se o discurso de provocar os membros da igreja a ser exemplos para a sociedade.

3.2.2 Igreja Metodista

No dia 25 de agosto de 2017 ocorreu à visita à igreja Metodista. Houve rituais de acolhida, cânticos e testemunhos, após a palavra da noite em torno da fé e obras. Pregou-se a necessidade de o cristão ser a representação de sua fé em Jesus, dando exemplo de caridade e perdão. O pastor ressaltou por várias vezes e sob fortes argumentações bíblicas a importância de atitudes, convocando os cristãos a não

serem passivos, que um cristão verdadeiro deve pregar a palavra de Deus e vivê-la em seu cotidiano.

No dia da visita, não havia nenhuma pessoa com deficiência física perceptível. Observou-se que a entrada da igreja não é acessível para pessoas com deficiência física. Não há sinalizações para pessoas com deficiência visual e auditiva. O púlpito da igreja não conta com acessibilidade para uma pessoa com deficiência física. Destaca-se o discurso intenso em relação à imagem de cristão. Que essa possa ser vista pelos que não são cristãos, a partir de suas obras e atitudes. As críticas pontuaram questões de cristãos estarem envolvidos em corrupção.

3.2.3 Igreja Evangélica Quadrangular

No dia 8 de setembro de 2017, ocorreu à visita na igreja Evangélica Quadrangular. O início do culto foi baseado em louvores; após, houve mensagem sobre a igreja e sua tarefa na comunidade, baseada em Jesus e Moisés. Foram pontuadas as formas de viver a importância da oração. O pastor mencionou aspectos importantes na vida de uma pessoa que vive em oração constante, em contato direto com Deus, essas pessoas poderiam superar melhor suas lutas diárias e serem vencedoras.

Havia uma pessoa na igreja com deficiência auditiva, porém não havia intérprete para tradução das falas, foi percebido que essa pessoa não conseguia entender os discursos proferidos. A igreja, tanto na chegada como na maior parte dos seus espaços, não conta com acessibilidades para pessoas com deficiência física, auditiva e visual. No púlpito, não há meios de acesso para as pessoas com deficiência física. Nota-se um forte discurso em torno dos membros darem exemplo e serem consideradas pessoas diferentes entre as outras, em relação a uma postura idônea na sociedade e uma vida de constante oração e participação na igreja.

3.2.4 Igreja Congregação Cristã no Brasil

No dia 22 de setembro de 2017, deu-se à visita à Congregação Cristã no Brasil. A mensagem da noite foi realizada por um líder, que baseou sua fala em textos bíblicos. Explanou sobre o homem de Deus e sua diferença na comunidade, e no poder do sacrifício. As falas em torno da importância dos membros não se corromperem com as coisas do mundo e resistirem às tentações.

Nesse dia, não havia pessoas com deficiência, perceptível. Verificou que essa instituição conta com uma rampa na entrada, porém não tem nível suficiente para uma pessoa de cadeira de rodas acessar com autonomia. Não há sinalização para pessoas com deficiência auditiva e visual. O púlpito na igreja é inacessível para pessoa com deficiência física e há vários obstáculos nos espaços. O discurso ficou centrado na necessidade de resistirem às coisas mundanas e não terem nenhum vício.

3.2.5 Primeira Igreja Presbiteriana de Uruaçu

No dia 29 de setembro de 2017, ocorreu à visita à Primeira Igreja Presbiteriana de Uruaçu. No primeiro momento, houve alguns comunicados sobre reuniões, em seguida alguns cânticos e testemunhos. A pregação da noite baseou-se em texto bíblico. A mensagem foi sobre o tempo, justificando que há tempo para tudo e que todas as coisas que acontecem são desígnios de Deus. Frisou-se um forte apelo contra a vida cotidiana acelerada.

Não havia, visivelmente, nenhuma pessoa com deficiência, no templo. A igreja não tem acessibilidade para pessoas com deficiência física, não conta com sinalização para pessoas com deficiência visual e auditiva. Não há acessibilidade para pessoas com deficiência física no púlpito.

3.2.6 Igreja Evangélica Assembleia de Deus - Ministério Madureira

No dia 20 de outubro de 2017, deu-se a visita à Igreja Evangélica Assembleia de Deus - ministério Madureira. Houve acolhida, cânticos e testemunhos. A palavra proferida na noite foi sobre a necessidade de orações, a força das orações. O pastor mencionou, por várias vezes, a necessidade de orações pelos enfermos, por aqueles que sofrem, pela comunidade, pelos inimigos, e também agradecer por tudo. Houve louvores e comoções entre os membros.

Com referência à sua representação, é uma igreja considerada forte no espaço evangélico, por ser uma das maiores do segmento. Em relação ao espaço físico, a igreja conta com entrada acessível para pessoa com deficiência física. Não há acesso ao púlpito, nem sinalizações para deficientes visuais e auditivos. Não havia, visivelmente, pessoa com deficiência no dia da visita. Evidencia-se o discurso em relação à necessidade dos irmãos se fortalecerem por meio da oração. Devem ser pessoas melhores e caridosas com os que sofrem.

3.2.7 Igreja Assembleia de Deus - Ministério Missão

No dia 27 de outubro de 2017, ocorreu a visita à Assembleia de Deus - ministério missão. Houve acolhida, cânticos e testemunhos, a pregação da noite foi baseada em texto bíblico, sobre pecado e perdão. O pecado foi tratado como fonte de desgraças no mundo e na vida das pessoas. Pregou-se sobre a necessidade das pessoas se voltarem para Deus, para não perecer nesse mundo. Houve narrativas sobre a volta de Jesus para buscar a sua igreja. O pastor elencou a importância da fé cristã, como forma de superar as adversidades das condições da vida humana, falou da necessidade de agradecermos a Deus pela vida, por tudo que nos acomete, evitar o pecado, fugir das coisas mundanas e assim ter uma vida em comunhão com Deus, em constante vigilância.

Não havia no templo nenhuma pessoa com deficiência física. A igreja tem em sua entrada principal uma rampa, porém não se encontra dentro dos padrões para que uma pessoa com deficiência física se locomova com autonomia. Não conta com sinalização para pessoas com deficiência visual e auditiva e no púlpito da igreja não há acessibilidade para pessoas com deficiência física. Não havia, visivelmente, nenhuma pessoa com deficiência, no templo. Não há acesso ao púlpito.

3.2.8 Igreja Universal do Reino de Deus

No dia 3 de novembro de 2017, houve a visita à Universal do Reino de Deus. No início houve acolhimento, cânticos e louvores, após a mensagem com tema principal foi sobre uma vida vitoriosa em Cristo, baseada em textos bíblicos. O pastor apresentou uma série de exemplos de vida de sucesso, de vitórias do povo de Deus, exemplificando como plano de Deus para seus escolhidos se diferenciarem das demais pessoas. Em seu discurso, a fé como possibilidade de se alcançar libertação e vitórias.

Não havia no templo nenhuma pessoa com deficiência física. Em sua entrada, a igreja conta com uma estrutura que possibilita a entrada de pessoas com deficiência física, não há barreiras físicas para pessoas com deficiência física. Não conta com sinalizações que evidenciam acessibilidade para pessoas com deficiência visual e auditiva. Não há púlpito na igreja, o espaço é um salão, sem nenhuma diferenciação de degrau. Não ficou claro se isso é uma forma de acessibilidade planejada, pois difere da maioria das igrejas na questão de não ter púlpito.

Nota-se o forte apelo para uma vida de oração e participação na vida comunitária da igreja, e também ter motivações para perseverança. A pregação se justifica com o discurso que há tempo para todo propósito e que a fé é um ponto extremamente importante e decisivo na vida das pessoas. A fé é um alicerce maior, sem a qual não se pode conhecer a vitória e uma vida em Cristo cheia de bênçãos.

3.2.9 Igreja Adventista do Sétimo Dia

No dia 10 de novembro de 2017, fez-se a visita à Adventista do Sétimo Dia. Houve algumas falas sobre eventos da igreja, antes do início da palavra principal da noite. Havia um telão, onde os cânticos da noite e os textos utilizados eram apresentados, porém não havia acessibilidade nesse material. A mensagem da noite foi realizada por um líder, que baseou sua fala em textos bíblicos. O discurso foi sobre o uso da tecnologia e a palavra de Deus, reforçando o quanto à igreja poderia alcançar as pessoas que sofrem, e a perda de tempo em torno de coisas consideradas fúteis.

Havia uma criança com deficiência física, aparentemente filha de um membro. A igreja conta com uma rampa na entrada, porém fora das normas de acessibilidade arquitetônica, não há sinalização para pessoas com deficiência auditiva e visual. Não há acessibilidade no púlpito da igreja e há vários obstáculos para deficientes físicos nos espaços da igreja em detrimento das disposições das cadeiras. O discurso foca na relação do modo de vida como diferencial para uma vida cheia de bênção, e de como podem levar a palavra de amor e de esperança aos que sofrem.

3.2.10 Associação Espírita Francisco Cândido Xavier

No dia 24 de novembro de 2017, ocorreu a visita à Associação Espírita Francisco Cândido Xavier. Houve acolhida, leituras de textos bíblicos e outros livros da doutrina. Uma mulher que conduzia todos os trabalhos fez a preleção principal. A mensagem foi sobre esperança e fé, como aportes para sustentação da vida terrena. Após alguns ritos da doutrina, novamente uma palavra de esperança com dinâmica entre os membros, para que reconhecessem que são importantes para aqueles que os cercam.

Não havia no templo nenhuma pessoa com deficiência física. A entrada do templo não conta com uma rampa para pessoa com deficiência física. O espaço não dispõe de acessibilidade com a sinalização para pessoa com deficiência visual e auditiva. Percebeu-se o discurso para convidar pessoas a participarem das atividades

no templo. Fez-se o apelo para falarem da doutrina espírita e buscarem os que sofrem para virem a ter encontro com divino. Antes de finalizar, foi repassado uma lista com trabalhos sociais. Parecia ser um cronograma de eventos e atribuições a serem cumpridos pelos membros.

3.2.11 Igreja Vale do Amanhecer

No dia 8 de dezembro de 2017, fez-se a visita à Vale do Amanhecer. A palavra proferida na noite foi baseada em textos bíblicos e textos específicos da doutrina. Frisaram-se ensinamentos de amor ao próximo, muitas cobranças aos membros em relação à participação no templo. Na liturgia principal, muitas mensagens sobre sofrimentos vividos como forma de pecados ou erros anteriores, com muita comoção em determinados momentos. Houve um chamado especial aos que sofriam de doenças: foram levados para uma sala, chamada sala de cura. Em seguida, realizaram orações e cânticos.

Não havia no templo nenhuma pessoa com deficiência física. O espaço físico não é acessível para pessoas com deficiências físicas, visuais e auditivas. Há visíveis obstáculos em relação à acessibilidade arquitetônica. As estruturas onde ocorrem os trabalhos, em especial os principais rituais, não são acessíveis para pessoas com mobilidade reduzida e deficiência física. Não conta com sinalização para pessoas com deficiência visual e auditiva. Percebe-se o discurso em prol dos pobres e dos doentes.

3.2.12 Igreja Mundial do Poder de Deus

No dia 15 de dezembro de 2017, ocorreu a visita à Mundial do Poder de Deus. Antes de iniciar a pregação da noite, houve cânticos, alguns testemunhos de cura, evidenciando muita comoção por parte dos membros. A pregação da noite foi baseada em texto bíblico. O pastor falou sobre a relação de pecado e sofrimento

humano com forte apelo para os que viverem pela fé viverem uma vida melhor, cheia de alegrias e vitórias.

Havia uma mulher com deficiência física. A igreja não conta com uma rampa na entrada, dificultando o acesso para pessoas com deficiência física. Em seus espaços, não conta com sinalização para deficiente auditivo e visual. O púlpito na igreja é inacessível para pessoa com deficiência física. Nota-se o discurso acerca da necessidade de participação ativa de todas as atividades da igreja e a busca por membros, sobretudo, ir em busca dos que sofrem.

Quadro 2: Espaços religiosos, discursos e acessibilidade

Espaço religioso	Data das visitas em 2017	Discurso sobre a marginalização da pessoa com deficiência	Acessibilidades às dependências do templo
Católica Apostólica Romana - Catedral	04 de agosto	Não mencionado	Entrada frontal tem escadaria, mas há nas suas laterais as rampas de acesso ao templo. Não havia sinalização para pessoa com deficiência visual. Não havia interprete de LIBRAS. Púlpito sem acessibilidades.
Metodista	25 de agosto	Não mencionado	Entrada da igreja não é acessível para pessoas com deficiência física. Não havia sinalização para pessoa com deficiência visual. Não havia interprete de LIBRAS. Púlpito sem acessibilidades.
Evangelho Quadrangular	08 de setembro	Não mencionado	Entrada tem uma rampa de acesso, porém não tem nível suficiente para uma pessoa de cadeira de rodas acessar com autonomia. Não havia sinalização para pessoa com deficiência visual. Não havia interprete de LIBRAS. Púlpito sem acessibilidades.
Congregação Cristã do Brasil	22 de setembro	Não mencionado	Entrada tem uma rampa de acesso, porém não tem nível suficiente para uma pessoa de cadeira de rodas acessar com autonomia. Não havia sinalização para pessoa com deficiência visual. Não havia interprete de LIBRAS. Púlpito sem acessibilidades.
Presbiteriana de Uruaçu	29 de setembro	Não mencionado	A igreja não tem acessibilidade para pessoas com deficiência física. Não havia sinalização para pessoa com deficiência visual. Não havia interprete de LIBRAS. Púlpito sem acessibilidades.
Assembleia de Deus - Madureira	20 de outubro	Não mencionado	A igreja conta com entrada acessível para pessoa com deficiência física. Não havia sinalização para pessoa com deficiência visual. Não havia interprete de LIBRAS. Púlpito sem acessibilidades.

Assembleia de Deus - Missão	27 de outubro	Não mencionado	Entrada tem uma rampa de acesso, porém não tem nível suficiente para uma pessoa de cadeira de rodas acessar com autonomia. Não havia sinalização para pessoa com deficiência visual. Não havia interprete de LIBRAS. Púlpito sem acessibilidades.
Universal do Reino de Deus	03 de novembro	Não mencionado	A igreja conta com uma estrutura que possibilita a entrada de pessoas com deficiência física, sem barreiras. Não havia sinalização para pessoa com deficiência visual. Não havia interprete de LIBRAS.
Adventista do Sétimo Dia	10 de novembro	Não mencionado	A igreja conta com uma rampa na entrada, porém fora da norma de acessibilidade. Não havia sinalização para pessoa com deficiência visual. Não havia interprete de LIBRAS. Púlpito sem acessibilidades.
Associação Espírita Francisco Cândido Xavier	24 de novembro	Não mencionado	A entrada do templo não conta com uma rampa de acesso. Não havia sinalização para pessoa com deficiência visual. Não havia interprete de LIBRAS. Púlpito sem acessibilidades.
Vale do Amanhecer	8 de dezembro	Não mencionado	Entrada não é acessível para pessoas com deficiências físicas, com visíveis obstáculos de acesso. Não havia sinalização para pessoa com deficiência visual. Não havia interprete de LIBRAS. Espaços dos rituais sem acessibilidades.
Mundial do Poder de Deus	15 de dezembro	Não mencionado	A igreja não conta com uma rampa na entrada acessível para pessoas com deficiência física. Não havia sinalização para pessoa com deficiência visual. Não havia interprete de LIBRAS. Púlpito sem acessibilidades.

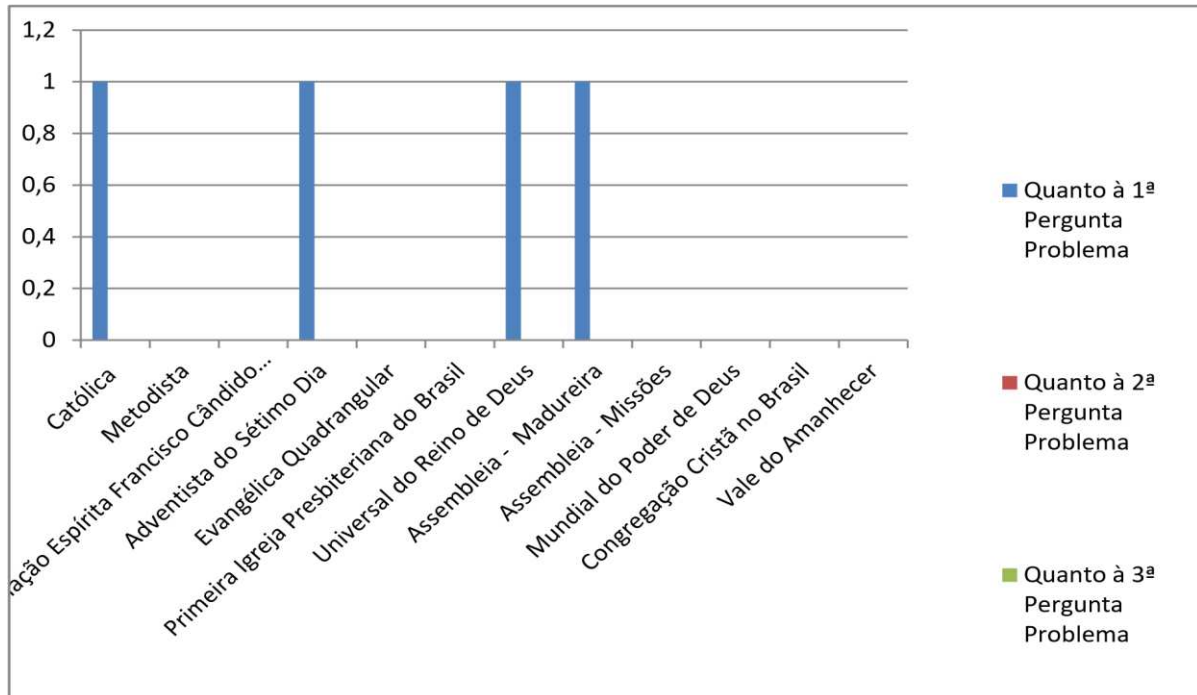
Fonte: Própria Autora (2019)

Nas visitas aos espaços religiosos, verificou-se que não houve menção da marginalização da pessoa com deficiência, nem ficaram claras ou vistas as narrativas específicas relacionadas à pessoa com deficiência. Foi possível verificar uma relação incoerente entre os discursos sobre a crença e os a favor da inclusão das pessoas com deficiência.

A partir das visitas, os dados revelam que, na maioria das igrejas cristãs, há o desafio para mudar o quando da acessibilidade para a inclusão das pessoas com deficiência. O quadro 2 é um demonstrativo acerca do que foi possível analisar nas visitas *in loco*, baseando nas seguintes perguntas: 1) na concepção de inclusão que prevalece no cristianismo, o discurso se relaciona com a prática? 2) Há uma intencionalidade nas narrativas do cristianismo em relação à inclusão para superação

do quadro de exclusão? 3) Seria objetivo de o cristianismo manter estrategicamente a narrativa da inclusão sem práticas que modifiquem o contexto atual de exclusão?

Gráfico 2: Análise das perguntas sobre inclusão no campo religioso cristão



Fonte: Própria Autora (2019).

As perguntas sobre quais buscamos relações quanto às práticas cristãs permitem verificar os discursos inclusivos e não inclusivos. Entre a maioria das igrejas visitadas não foi possível perceber uma clara relação com as perguntas problemas. Os espaços religiosos configuram, conforme o Estatuto da Pessoa com Deficiência, os discursos da discriminação, caso não busquem meio de proporcionar acessibilidade:

Art. 4º Toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação.

§ 1º Considera-se discriminação em razão da deficiência toda forma de distinção, restrição ou exclusão, por ação ou omissão, que tenha o propósito ou o efeito de prejudicar, impedir ou anular o reconhecimento ou o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais de pessoa com deficiência, incluindo a recusa de adaptações razoáveis e de fornecimento de tecnologias assistivas (BRASIL, 2018).

A tratativa da exposição legal se refere ao direito à igualdade. Se há falta de acessibilidade, infere-se que, pelo gráfico 2, a maioria dos espaços religiosos precisa adequar-se para considerar a pessoa com deficiência no plano igualitário, por estar ferindo os princípios das três perguntas retro. Se há acessibilidade parcial ou total, supõe-se que as igrejas estão buscando não discriminar as pessoas com deficiência, a começar pela porta da frente do templo, que figurativa o acesso ao *locus*.

Ao considerar os aspectos de acessibilidade, que superam as outras denominações, quatro igrejas se enquadram no quesito: Católica, Adventista do Sétimo Dia, Assembleia de Deus - Madureira e Universal do Reino de Deus. Essas apareceram no quadro por estar dentro das ocorrências de discursos e práticas que mostram certas acessibilidades, que se destacam das demais. Conforme o Gráfico 2, embora apenas quatro denominações tenham sido consideradas, mais igrejas tiveram iniciativas de acessibilidades, mas não apresentaram as características das quatro que se destacaram.

Nas pautas discursivas da maioria de todas as instituições cristãs visitadas, os enfoques são de dedicação aos trabalhos dogmáticos, busca por curas, libertação, vida próspera, entre outros, mas não é comum discursos que identifiquem a necessidade de igualdade. Na maioria delas, o texto bíblico é a base central para seus discursos. Os espaços religiosos demonstram ser padronizados para pessoas sem deficiência, colocando à margem as pessoas com deficiência, pela falta perceptível de acessibilidades.

Em nenhuma igreja visitada, havia acessibilidade para o púlpito, nem participação de pessoas com deficiência para conduzir os rituais. Observou-se que pessoas com deficiência não ocupam as esferas de ministração das igrejas cristãs. Nos banheiros, não havia adaptação para pessoas com deficiência. A organização dos mobiliários e das cadeiras dificultava o acesso para pessoas com mobilidade reduzida.

Em algumas igrejas, mesmo não tendo acessibilidades, notou-se a presença de pessoas com deficiência. No entanto, a participação delas não pareceu ser com autonomia, como se pontuou na visita ao Evangelho Quadrangular, pois a pessoa com deficiência auditiva não teve acesso ao discurso.

Há entre as igrejas algumas diferenciações quanto às acessibilidades, cujos discursos inclusão demonstraram distanciamento do que espera para as pessoas

com deficiência. Também se verificaram semelhanças entre elas quanto à falta de acessibilidade, pois nenhuma mostrou ter as sinalizações para pessoas com deficiência visual. Assim, todas elas carecem de mais discussão sobre a causa da pessoa com deficiência, fazendo adequação para atender a esse público, da mesma forma que atende os outros, sem deficiência.

3.3 Deficiência na Discussão Religiosa

Este item aborda a necessidade de discussão cotidiana das igrejas cristãs, considerando a trajetória da marginalização da pessoa com deficiência. As percepções da pesquisa de campo apresentam os discursos e as práticas, que repercutem no desafio do acesso.

No contexto dos espaços religiosos, percebe-se a ausência de acessibilidade, talvez por falta de interesse, informações ou por preconceito ou indiferença para a causa da pessoa com deficiência. As lacunas em torno desses aspectos precisam ser sanadas. Os discursos e as práticas cristãs precisam estar em conexão para mostrar o interesse e as adequações para dar acessibilidade à pessoa com deficiência aos seus templos, por exemplo.

A sociedade contemporânea vive em meio aos anseios sociais, comerciais da liquefação de observar o outro, sentir suas necessidades (BAUMAN, 2003). O contexto das igrejas cristãs se localiza na pretensão social individualista, mas cabem a elas vencer os desafios de compreender, informar-se e discutir a temática da marginalização da pessoa com deficiência. Os aportes para a inclusão dessas pessoas no campo prático são tarefas possíveis de serem realizados.

Bauman (1998) apresenta o "holocausto como teste da modernidade", inferindo as relações da "indiferença e da invisibilidade" como traços fortes da sociedade atual. O que implica perceber que o horror das atrocidades do holocausto pode estar legitimado nos contextos de indiferença às necessidades básicas do outro:

O preconceito e a indiferença (re)produzem a marginalização, colocando a pessoa longe de oportunidades de acesso, submetendo-lhe a privações de direitos. Fica separada do considerado normal, devido à cultura certo ou errado, sagrado ou profano, normal e anormal (GONÇALVES, 2006).

Notam-se poucas e invisibilizadas ressignificações sobre a pessoa com deficiência, em torno da inclusão. No primeiro olhar, nota-se falta de informação, preconceito e indiferença quanto ao assunto. Essas observações podem ser interpretadas como representações de sentido da marginalização.

A perspectiva de inclusão religiosa ainda está bastante ligada às ideias de caridade e piedade, mas não de perceber o outro com igualdade de direitos, sendo-lhe devido o acesso que viabilize seu cotidiano. No campo religioso, os discursos dos líderes são mais voltados para as influências de sua dogmática, mas sem enfoque na questão inclusiva, como foi visto nas visitas *in loco*.

Do ponto de vista da análise do discurso, discursar sobre o assunto pode qualificar a pessoa com deficiência com o propósito de inclusão ou de exclusão. A trajetória marginal dessa população está envolta aos discursos e às práticas de exclusão.

A partir das ideias de Charaudeau (2010), salienta-se que os discursos mais utilizados por líderes religiosos utilizam de significados que abrangem a maioria dos assuntos bíblicos, mas não sobre marginalização da pessoa com deficiência. Há a necessidade de mudança cultural das percepções das pessoas com deficiência, na tentativa de revisitar preconceitos e indiferenças.

Discursos e práticas contextualizados com os referenciais marginalizadores são observados neste estudo, como categoria da cultura da marginalização. As relações dos discursos das igrejas cristãs surgem de interesses organizados e refletidos na vida social histórica de preconceito e indiferença. Os interesses que se organizam dentro e fora das religiões, cabendo as discussões de como a religião se destaca como espaço que (re)produz modificações no imaginário (MOREIRA, 2008; ROCHA, 2007).

As igrejas cristãs no Brasil estão em crescimento,¹⁸ mas as adequações necessárias para incluir mais membros com deficiência ainda parecem distantes de resolução. A marginalização continua sendo barreiras de difícil transposição para o processo de inclusão. Os discursos focados nos ensinamentos de Jesus Cristo podem ou não revelar práticas de acolhimento, de inclusão. O processo histórico e

¹⁸ Os resultados do Censo Demográfico 2010 mostram o crescimento da diversidade dos grupos religiosos no Brasil, revelando uma maior pluralidade nas áreas mais urbanizadas e populosas do País (CENSO, 2010).

cultural dos discursos marginalizatórios ou dos inclusivos geram as consequências exploradas nos objetivos desta pesquisa. O ato de dizer é muito importante, pois gera práticas, embora o contrário aconteça. A política religiosa da inclusão pauta nessa realidade de consciência do discurso e da prática:

A política é no essencial uma questão de palavras. É por isso que a luta para conhecer cientificamente a realidade quase sempre deve começar por uma luta contra as palavras. Ora, com muita frequência, para transmitir o saber, devemos recorrer às próprias palavras que precisaram ser destruídas para se conquistasse e construísse esse saber (BOURDIEU, 2004, p. 71-2).

Na análise do discurso, percebe-se a necessidade de ressignificações dos sentidos de inclusão da pessoa com deficiência no meio religioso. Há o cuidado de apresentar discussões sobre os espaços que consubstanciam a marginalização da pessoa com deficiência, pois sua legitimação não é tão óbvia, como sugere parecer. Analisa-se então os aspectos históricos e sociológicos dos discursos religiosos cristãos. O ato de legitimar ou não a exclusão pode ser obscuro até para os membros de uma religião (MOREIRA, 2008).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objeto estudado foi o fenômeno religioso cristão como espaço de discursos e práticas que legitimam a marginalização da pessoa com deficiência. A história de marginalização da pessoa com deficiência passa por espaços religiosos, que mostram sua atuação simbólica e cultural da inclusão e da exclusão.

Nessas considerações, o objetivo geral buscou analisar as ocorrências da marginalização da pessoa com deficiência, por meio dos discursos e das práticas cristãs. Os objetivos específicos apontaram compreensões das aproximações e dos distanciamentos dos discursos e das práticas religiosas inclusivas do cristianismo, investigou os elementos do discurso cristão para a intencionalidade de inclusão e observou as ressignificações religiosas do campo empírico, tendo em vista suas discussões acerca de perceber a pessoa com deficiência.

A metodologia adotada foi de análise do discurso, com recursos teóricos que inscreveu o imaginário cristão dentro de discursos da marginalização da pessoa com deficiência. A pesquisa de campo incidiu em doze espaços religiosos, escolhidos primeiramente pela busca de descritores em seus *sites*. Foram feitas visitas aos *lócus* religiosos, de agosto a dezembro de 2017, nessa ordem: Católica, Metodista, Quadrangular, Cristã do Brasil, Presbiteriana, Assembleia de Deus - Madureira, Assembleia de Deus - missão, Universal, Adventista, Associação Espírita Francisco Cândido Xavier, Vale do Amanhecer e Mundial do Poder de Deus.

A questão principal levantada foi qual a situação marginal na qual são submetidas às pessoas com deficiência, no contexto religioso da antiguidade aos dias atuais? A resposta da hipótese foi respondida, considerando que a marginalização da pessoa com deficiência ocorre em espaços religioso por motivos variados ligados à falta de informação, ao preconceito e à indiferença.

A justificativa da pesquisa considerou a marginalização da pessoa com deficiência como situação de inquietações no contexto de práticas e de discursos cristãos. As abordagens da marginalização estão na discussão da temática, a partir de fatos históricos passíveis de variadas interpretações no contexto religioso.

Os símbolos do corpo estão imbricados nas aproximações e nos distanciamentos da religião cristã como constituição do *ethos* na sociedade. Os

discursos e as práticas revelam a intencionalidade de grupos majoritários que marginalizam os minoritários.

A tendência dos contextos temporais e espaciais é de continuar a postura marginalizadora, mas é possível haver seu rompimento discriminatórios na atualidade, em relação à falta de informação, ao preconceito e à indiferença. Verifica-se que os discursos das igrejas mantêm vínculos acerca dos padrões sobre o corpo e exercem influências nas relações sociais.

Pessoa com deficiência, em sua maioria não consegue usufruir dos bens simbólicos e materiais que às igrejas cristãs produzem, se não tiver acessibilidade. Por sua vez, essas pessoas são excluídas, e vivem marginalizadas. Devido às próprias instituições religiosas não promovem o mínimo de acessibilidades para essas pessoas. A falta de acesso perpetua preconceito e indiferença.

O fato de não se discutir mais sobre a causa do deficiente na sociedade e na igreja revela o silêncio marginalizatório. As variáveis da pesquisa de campo corroboram para os destaques desta pesquisa, ao mostrar os resultados da marginalização. O que se percebeu nas igrejas pesquisadas, em sua maioria, foi a falta de ressignificar suas visões sobre o processo de inclusão das pessoas com deficiência.

A inclusão não se traduz aos aspectos simples de caridade e piedade, em detrimento das garantias de direito e reconhecimento. Por sim, o ato de legitimar a marginalização das pessoas com deficiência advém de discursos claros de exclusão e das lacunas que deixam implícitas as intenções de perpetuar a exclusão, que se articula com a pseudo inclusão.

A maioria das igrejas cristãs não revelaram suas representações de inclusão, ao promoverem timidamente certas acessibilidades. O cenário visto torna-se um paradoxo do discurso que inclui e da prática que exclui. É a dialética que não deveria existir como materialização da pseudo inclusão. A problemática é mais complexa do que possa parecer: fatores discriminatórios aparecem dos casos de falta total ou parcial de acessibilidades.

Nesse paradigma de inclusão e exclusão, as narrativas bíblicas e não bíblicas têm servido de aportes que contribuem para o chamamento para a discussão sobre o processo de inclusão. O desafio posto é de observar a marginalização da pessoa com deficiência está arraigada na cultura social e religiosa cristã.

A garantia dos seus direitos e as maneiras de perceber a pessoa com deficiência implicam a tomar posição legitimadora ou não da exclusão. Discursos inclusivos sem práticas inclusivas são apenas superficiais. É preciso ética da inclusão, pois essa considera os elementos que fundamentam a caridade, o assistencialismo e a inclusão.

As visitas aos espaços religiosos revelam os resultados de haver pessoas com deficiência que buscam certas igrejas cristãs, mesmo não tendo acessibilidades adequadas. Com essa falta, não conseguem usufruir com autonomia da representatividade da religião. Cada contexto infere haver lacunas marginalizatórias. As instituições representam *locus* de limitações, que repercutem na marginalização da marginalização da pessoa com deficiência. Sociedade e igrejas cristãs precisam se ater para as mudanças necessárias contra a simbólica cultura que aponta as ressonâncias da legitimação dos discursos e das práticas de marginalização da pessoa com deficiência.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. *Profanações*. Tradução de Selvino Assmann. São Paulo: Boitempo, 2007.

AGNOLIN, Adone. *História das religiões: Perspectiva histórico-comparativa*. São Paulo: Paulinas, 2013.

AGOSTINHO, Santo, Bispo de Hipona. *A trindade*. 2. ed. São Paulo: Paulus, 1994. (Patrística, 7).

ALONSO, Leandro Seawright. Jesus Narrativo: oralidade cristã entre história, memória e mítica. *Revista de Estudos de Religião*. vol. 3, nº 1, 2012. São Paulo: PLURA: 2012. Disponível em: <https://www.pucsp.br/rever/>. Acesso em 03 de maio de 2018.

ALMEIDA, Rogério Tabet de. Evolução histórica do conceito de pessoa - enquanto categoria ontológica. *Revista Interdisciplinar de Direito*, v. 10, n. 1, 2017. Disponível em: http://faa.edu.br/revistas/docs/RID/2013/RID_2013_16.pdf. Acesso em: 22 mar. 2018.

AMARAL, Lígia Assumpção. *Conhecendo a deficiência em companhia de Hércules*. São Paulo: Robe, 1995.

ARANHA, Maria Salete Fábio. Paradigmas da relação da sociedade com as pessoas com deficiência. *Revista do Ministério Público do Trabalho*, v. 11, n. 21, p. 160-173, 2001. Disponível em: <http://www.ltreitoria.com.br/revista-do-ministerio-publico-dotrabalho-n-45.html>. Acesso em: 11 de outubro de 2017.

ARANHA. *A inclusão social da criança com deficiência: criança especial*. São Paulo: Roca, 2005.

ASCENSÃO, José Oliveira. A dignidade da pessoa e o fundamento dos direitos humanos. *Revista da Faculdade de Direito, Universidade De São Paulo*: vol. 8, n. 2, pp. 79-101, 2008.

BAUMAN, Zygmunt. *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

BAUMAN. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Tradução, Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

BITTENCOURT, José Filho. *Matriz religiosa brasileira*. Religiosidade e mudança social. Petrópolis: Vozes/Koinonia, Petrópolis/Rio de Janeiro 2003. (p. 41- 48)

BERGER, Peter Ludwig. *O dossel sagrado: elementos para uma teoria para uma teoria sociológica da religião*. BENEDETTI Luiz Roberto (org.). Tradução de José Carlos Barcelos. São Paulo: Paulinas, 1985.

BOURDIEU, Pierre. *Coisas Ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BOURDIEU. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BRANDÃO, Junito de Souza. *Dicionário mítico-etimológico da mitologia grega*. Petrópolis: Vozes, 1991.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Crença e Identidade – campo religioso e mudança cultural*. Trabalhos em Antropologia, Campinas, IFCH, Unicamp, 1988.

BRASIL, Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2007). *Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência*. 4. ed., rev. e atual. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2011.

BRASIL. *Relatório mundial sobre a deficiência*, OMS - World Health Organization, The World Bank; tradução Lexicus Serviços Linguísticos. - São Paulo: SEDPcD, 2012. Disponível em: <https://www.afro.who.int/sites/default/files/201706/9788564047020_por.pdf>. Acesso em: 11 out. 2018.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. *Diário Oficial da União*, 1988.

BRASIL. Estatuto da Pessoa com Deficiência. Lei 13.146, de 13 de julho de 2015. *Diário Oficial da União*, 07 jul. 2015.

CÂNONES DA IGREJA METODISTA 2007-2011. *Versão final com as modificações realizadas pelo 18º Concílio Geral e aprovada pelo Colégio Episcopal em 19 de dezembro de 2006 e correção em 15 de março de 2007.* Aprovação para publicação dos Cânones da Igreja Metodista com as alterações introduzidas pelo 18º Concílio Geral. Disponível em: <http://www.metodista.org.br/content/interfaces/cms/userfiles/files/documentosoficiais/Canones_2007_2011.pdf>. Acesso em: 02 maio 2017.

CNBB. *Texto-base da campanha da fraternidade de 2006.* São Paulo: Salesianas, 2005.

CHARAUDEAU, Patrick. *Linguagem e discurso: modos de organização.* São Paulo: Contexto, 2008.

CHARAUDEAU. A patemização na televisão como estratégia de autenticidade. In: MENDES, Emília; MACHADO, Ida Lúcia (Org.). *As emoções no discurso.* v. II. Campinas, São Paulo: Mercado de Letras, 2010. p. 23-56.

CÓDIGO DE ÉTICA E DISCIPLINA DOS MEMBROS DA CONVENÇÃO GERAL DAS ASSEMBLEIAS DE DEUS NO BRASIL (CGADB). Disponível em: <<https://www.cgadb.org.br/site2017/>>. Acesso em: 16 nov. 2017.

CORBIN, Alain; JACQUES, Jean Courtine; VIGARELLO, Georges. *História do corpo.* 2.ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

CORRÊA, Priscila Moreira. Acessibilidade: conceitos e formas de garantia. *Revista Brasileira de Educação Especial.* Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial - ABPEE, v. 15, n. 1, p. 171-172, 2009. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/30118>>. Acesso em: 30 nov. 2018.

CRESPO, Jorge. *A História do corpo.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

DAOLIO, Jocimar. *Da cultura do corpo.* Campinas: Papirus, 1995.

DAOLIO. *Um olhar sobre o corpo: corpo ontem e hoje, o corpo, a igreja e o sagrado.* Brasília: M. E., 2011.

DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DAS PESSOAS DEFICIENTES. Resolução aprovada pela Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas em 09 dez. 1975. Disponível em: <<http://www.pcdlegal.com.br/convencaoonu/wpcontent/themes/convencaoonu/livrodigital/files/assets/basic-html/index.html#3>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

DEMO, Pedro. *Praticar ciência: Metodologias do conhecimento*. São Paulo: Saraiva, 2011.

DESHAIES, Bruno; BAPTISTA, Luísa. *Metodologia da investigação em ciências humanas*. São Paulo: Instituto Piaget, 1997.

DINIZ, Débora. *O que é Deficiência*. São Paulo: Brasiliense, 2007.

DURKHEIM, Émile. *As formas elementares da vida religiosa*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

ELIADE, Mircea. *O sagrado e o profano*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

ERICKSON, Victoria Lee. *Onde o silêncio fala: feminismo, teoria social e religião*. São Paulo, Paulinas, 1996.

FERRAZ, Salma. *et al. Deuses em poéticas: estudos de literatura e teologia* [online]. Belém: UEPA, Campina Grande: EDUEPB, 2008. Disponível em: <https://archive.org/stream/9788578791186/9788578791186_djvu.txt>. Acesso em: 30 set. 2018.

FERREIRA, Joel Antônio. *Paulo, Jesus e os Marginalizados*. Leitura Conflitual do Novo Testamento. 2. ed. Goiânia: PUC Goiás, 2011.

FIGUEIRA, Emílio Carlos da Silva, *Teologia da Inclusão: A trajetória das pessoas com deficiência na história do Cristianismo*. São Paulo: Figueira Digital, 2015. Disponível em: <<http://emiliofigueira.com/wp-content/uploads/2017/02/TEOLOGIA-DA-INCLUSO-Prof.-Emilio-Figueira.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2017.

FONTES, Malu; AMADO-FJA, Faculdades Jorge. O Lugar da Velhice na Sociedade do Consumo. In: Intercom Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da

Comunicação XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Brasília: UnB, 2006.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: GRAAL, 1979. Disponível em: <http://groups.google.com.br/group/digitalsource>. Acesso em 10 de junho de 2017.

FOUCAULT. *A arqueologia do saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987. Disponível em: <<https://ayrtonbecalle.com/colecao-educadores-dominio-publicomec-62-livros-empdf/14-2/livros-de-filosofia-pdf/32-livros-de-michel-foucault-em-pdf/>>. Acesso em: 10 jun. 2017.

FOUCAULT. *Vigiar e punir*. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

FOUCAULT. *Os anormais*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

FOUCAULT. *A ordem do discurso*: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 13. ed. Tradução de Laura Fraga Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 2006.

GALIMBERTI, Umberto; *Rastros do sagrado*. Tradução de Euclides Luiz Callon. São Paulo: Paulos, 2003.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1926.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 6. ed. 2008.

GOFFMAN, Erving. *Estigma*: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. ed. São Paulo: LTC, 1988.

GONÇALVES, Anthony. A eugenia de Hitler e o racismo da ciência. *Prática Jurídica*-ano V, n. 52, p. 07-19, 31 jul. 2006. Consulex, Brasília. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/31374-35254-1-PB.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2007.

JACOPO, Fo. *O livro negro do cristianismo: dois mil anos de crimes em nome de Deus*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2007.

KNIGHT, A. E. *História do cristianismo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Casa Publicadora das Assembleias de Deus, 1983.

KONINGS, Johan. *A Bíblia, sua história e sua leitura: Introdução ao estudo da Bíblia*, Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *População Uruaçu*. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/uruacu/panorama>>. Acesso em: 11 out. 2017.

LE BRETON, David. *Adeus ao corpo: antropologia e sociedade*. Campinas: Papirus, 2003.

LEMOS, Carolina Teles. *Religião e tecitura da vida cotidiana*. Goiânia: Ed. PUC Goiás, 2012.

LEMOS. *Religião, e (Re) significação da intimidade*. São Paulo: Fonte Editoria, 2016.

LEVINAS, Emanuel. *Humanismo do outro homem*. 4. ed. Petrópolis: Vozes: 2012.

LIPOVETSKY, Gilles. *O império do efêmero*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2009.

MACHADO, Roberto. *Foucault, a ciência e o saber*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

MARX, Carl, *Para a crítica da economia política*, São Paulo: 1987.

MAURICE, Halbwachs. *A memória coletiva*. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauros, 2003.

MELO, Mônica Santos Souza; (Org.). *Reflexões sobre o discurso religioso*. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso, Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Faculdade de Letras da UFMG, 2017. Disponível em: <<http://www.lettras.ufmg.br/site/e->

livros/An%C3%A1lise%20do%20Discurso%20%20G%C3%AAneros,%20Comunica%C3%A7%C3%A3o%20e%20Sociedade.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2018.

MOREIRA, Alberto da Silva. O deslocamento do religioso na sociedade contemporânea. *Estudos de Religião*, v. 22, n. 34, p. 70-83, 2008. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/ER/article/view/220/228>>. Acesso em: 13 fev. 2017.

MOUNIER, Emmanuel. *O personalismo*. São Paulo: Martins Fontes. 1950.

NERI, Marcelo Cortes. *Diversidade: retratos da deficiência no Brasil*. São Paulo: FGV, 2003. Disponível em: www.bibliotecadigital.fgv.br. Acesso em: 07 de setembro de 2017.

NOVAES, Joana de Vilhena. *Com que corpo eu vou? Sociabilidade e usos do corpo nas mulheres das camadas altas e populares*. Rio de Janeiro: PUC; Pallas: 2010. Disponível em: <http://www.pallaseditora.com.br/produto/Com_que_corpo_eu_vou_/203/8/>. Acesso em: 24 out. 2019.

O'DEA, Thomas F. *Sociologia da religião*, São Paulo: Pioneira, 1969.

OLIVEIRA, Kathlen Luana de. Quando a religião se torna sinônimo de violência: percepções político-teológicas na luta pelos direitos humanos. In: PACE, Enzo; OLIVEIRA, Irene Dias de; AUBRÉE, Marion (orgs.). *Fundamentalismos religiosos, violência e sociedade* São Paulo: Fonte Editorial/Edições Terceira Via, 2017, 167 p. ISBN: 978-85-92509-26-2. p. 143-162.

OLIVEIRA, Luiza Maria Borges. Cartilha do Censo 2010: pessoas com deficiência. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPD), Coordenação-Geral do Sistema de Informações sobre a Pessoa com Deficiência, 2012. Disponível em: <<https://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/cartilha-censo-2010-pessoas-com-deficiencia-reduzido.pdf>>. Acesso em: 08 maio 2017.

OTTO, Rudolf. *O sagrado: um estudo do elemento não-racional na ideia do divino e a sua relação com o racional*. São Bernardo do Campo: Imprensa Metodista, 1985.

- PIOVESAN, Flávia. Ações afirmativas da perspectiva dos direitos humanos. *Cadernos de pesquisa*, v. 35, n. 124, jan./abr. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v35n124/a0435124.pdf>>. Acesso em: 04 out. 2018.
- PIRATELI, Marcelo Augusto; OLIVEIRA, Terezinha. Breves ponderações sobre o conceito de pessoa em Santo Tomás de Aquino. *Acta Scientiarum. Human and Social Sciences*, v. 30, n. 1, p. 105-114, 2008. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciHumanSocSci/article/view/1943>>. Acesso em: 14 de janeiro de 2017.
- ROCHA, Alessandro Rodrigues. *Teologia sistemática no horizonte pós-moderno: um novo lugar para a linguagem teológica*. São Paulo: Vida, 2007.
- RUIZ, Bartolomé Castor. *Os paradoxos do imaginário*. São Leopoldo: Ed. da Unisinos, 2004.
- SAWAIA, Bader. *As artimanhas da exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social*. 2ª ed. Petrópolis. Vozes, 2001.
- SILVA, Otto Marques. *A Epopéia ignorada: a pessoa deficiente na história do mundo de ontem e de hoje*. São Paulo: CEDAS, 1986.
- WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Pioneira, 1967.
- WEBER. *Economia e sociedade*. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Brasília: UNB, 1991.
- WERNECK, Claudia. *Ninguém mais vai ser bonzinho na sociedade inclusiva*. Rio de Janeiro: WVA, 1997.
- WERNECK. Modelo médico x modelo social da deficiência. In: WERNECK. *Manual da mídia legal 3: comunicadores pela saúde escola de gente*. Rio de Janeiro: WVA, 2004. p. 16-20.